



PLANO DIRETOR DE TURISMO– (PDTUR) – Mongaguá/SP

Etapa 13 – Captação de Recursos



2018



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONGAGUÁ

ARTUR PARADA PRÓCIDA - PREFEITO MUNICIPAL

MÁRCIO MELO GOMES - VICE PREFEITO

FLÁVIO ELEANDRO SANTANA PASSOS – DIRETOR DE TURISMO

TENISSON AZEVEDO JUNIOR – DIRETOR DE ASSUNTOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA

VALÉRIA BISPO MIRANDA – CHEFE DE SEÇÃO DE TURISMO

RICARDO DOS SANTOS FERREIRA - ARQUITETO

EQUIPE TÉCNICA DA URBATEC

THIAGO FERRAREZI – COORDENAÇÃO DO PROJETO

CAROLINE B. B. LACOVINO – TURISMOLOGA

DANIELLE CARVALHO – GESTORA DE POLÍTICAS PÚBLICAS

EDUARDO NERI – ENGENHEIRO CIVIL

TALITA SANTOS SOARES – ANALISTA DE SISTEMAS

JHELFRY P. SILVA - ESTATÍSTICO

PAMELA SANTOS - JORNALISTA

THIAGO BUENO DE ARAÚJO – ENGENHEIRO AMBIENTAL

SUELLEN SATO – GESTORA AMBIENTAL

AYRTON GUTIERREZ – DESIGN GRÁFICO

BEATRIZ FRANCISCO – ARQUITETA E URBANISTA



SUMÁRIO

LISTA DE MAPAS	4
LISTA DE GRÁFICOS	4
LISTA DE FIGURAS	4
LISTA DE TABELAS	4
I. APRESENTAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO TURISMO NACIONAL E PAULISTA.....	6
1. INTRODUÇÃO	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
2. PLANEJAMENTO DO TURISMO	6
3. TURISMO COMO ATIVIDADE HUMANA	9
4. TURISMO NO BRASIL E NO MUNDO	12
4.1. PANORAMA MUNDIAL DO TURISMO.....	12
4.2. GASTOS NO EXTERIOR.....	18
4.3. OS DESAFIOS DO BRASIL	22
5. TURISMO NO ESTADO DE SÃO PAULO	25
5.1. PRINCIPAIS NÚMEROS DO ESTADO DE SÃO PAULO:	30
5.2. REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO NO ESTADO DE SÃO PAULO.....	31
5.3. MONGAGUÁ NO ESTADO DE SÃO PAULO.....	37
II. CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO.....	38
6. ASPECTOS HISTÓRICO-CULTURAIS	38
6.1. HISTÓRICO DO MUNICÍPIO	38
6.2. SÍMBOLOS MUNICIPAIS.....	42
6.2.1. BRASÃO.....	42
6.2.2. BANDEIRA	43
6.3. ORGANIZAÇÃO POLÍTICA	44
6.4. LEGISLAÇÃO PERTINENTE	45
6.4.1. CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO	45
6.4.2. CRIAÇÃO DO FUMTUR – FUNDO MUNICIPAL DO TURISMO	45
7. LOCALIZAÇÃO E ACESSOS	46
8. ASPECTOS NATURAIS	48



8.1. GEOLOGIA	48
8.2. GEOMORFOLOGIA	51
8.3. PEDOLOGIA	57
8.4. CLIMA	58
8.5. HIDROLOGIA.....	60
8.6. COBERTURA VEGETAL E FAUNA.....	62
9. ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS.....	68
9.1. CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS	68
9.2. ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO.....	71
9.3. ATIVIDADES ECONÔMICAS.....	72
9.4. PRODUTO INTERNO BRUTO	74
9.5. EDUCAÇÃO	76
9.6. SAÚDE.....	78
10. INFRAESTRUTURA BÁSICA URBANA.....	80
10.1.ABASTECIMENTO DE ÁGUA.....	80
10.2.REDE DE ESGOTO.....	81
10.3.RESÍDUOS SÓLIDOS	82
10.4.ENERGIA ELÉTRICA	84
10.5.TRANSPORTE RODOVIÁRIO, URBANO E RURAL.....	85
10.6.SISTEMA DE SEGURANÇA	85
III. FONTES DE RECURSOS	86
11. PRODETUR	90
12. DADETUR.....	90
12.1.LEI Nº 16.283, DE 15 DE JULHO DE 2016.....	92
13. FINANCIAMENTO PRIVADO: MECANISMOS E INSTRUMENTOS.....	99
14. REFERÊNCIAS.....	104



LISTA DE MAPAS

MAPA 1 - REGIÕES TURÍSTICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO	34
MAPA 2 - CIRCUITOS TURÍSTICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO	36
MAPA 3 - ZOOM DA MAPA 2, COM DESTAQUE PARA MRT SUDOESTE PAULISTA E O MUNICÍPIO DE MONGAGUÁ	37
MAPA 4 - LOCALIZAÇÃO DE MONGAGUÁ	46
MAPA 5 - GEOLOGIA DE MONGAGUÁ/SP.	50
MAPA 6 - GEOMORFOLOGIA DE MONGAGUÁ/SP.	53
MAPA 7 - ALTIMETRIA DE MONGAGUÁ/SP.....	55
MAPA 8 - PEDOLOGIA DE MONGAGUÁ/SP.....	57
MAPA 9 - HIDROGRAFIA DE MONGAGUÁ/SP.....	62
MAPA 10 - VEGETAÇÃO REMANESCENTE EM MONGAGUÁ/SP.....	66
MAPA 11 - UNIDADES DE CONSERVAÇÃO EM MONGAGUÁ/SP.....	67

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - FLUXO TURÍSTICO NAS AMÉRICAS	15
GRÁFICO 2 - CHEGADAS AO BRASIL 2006 – 2013	18
GRÁFICO 3 - AVALIAÇÃO DA INFRAESTRUTURA	23
GRÁFICO 4 - AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS TURÍSTICOS.....	24
GRÁFICO 5 - AVALIAÇÃO GERAL	24
GRÁFICO 6 - PRECIPITAÇÕES MÉDIAS MENSIS E TEMPERATURAS.	59
GRÁFICO 7- PIRÂMIDE ETÁRIA DE MONGAGUA.....	70

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - BRASÃO DE MONGAGUÁ.....	42
FIGURA 2 - BANDEIRA DE MONGAGUÁ	43

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - FLUXO TURÍSTICO NO MUNDO	14
TABELA 2 - FLUXO TURÍSTICO DE CHEGA NO BRASIL	20
TABELA 3 - GASTO MÉDIO DE TURISTAS ESTRANGEIROS DURANTE A COPA DO MUNDO 2014	25
TABELA 4 - ESTIMATIVA DO MOVIMENTO DE PASSAGEIROS NOS AEROPORTOS DO ESTADO DE SÃO PAULO EM 2014.	27
TABELA 5 - VEREADORES DO MUNICÍPIO DE MONGAGUÁ	44
TABELA 6 - DISTÂNCIAS CIDADES EM RELAÇÃO À MONGAGUÁ	47
TABELA 7 - SÉRIE HISTÓRICA CLIMÁTICA DE MONGAGUÁ.	60
TABELA 8 - TERRITÓRIO E POPULAÇÃO	68
TABELA 9 - COMPARAÇÃO DO IDH-M DE MONGAGUÁ E DO ESTADO DE SÃO PAULO.....	71



TABELA 10 - CONDIÇÕES DE VIDA	71
TABELA 11 - PARTICIPAÇÃO (%) DE MONGAGUÁ E DO ESTADO DE SÃO PAULO EM DIFERENTES SETORES DA ECONOMIA.....	72
TABELA 12 - PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGOS FORMAIS E SEUS RESPECTIVOS SALÁRIOS MÉDIOS (R\$) NO MUNICÍPIO DE MONGAGUÁ	73
TABELA 13 - EMPREGO E RENDIMENTO	73
TABELA 14 - PIB (EM REAIS) DE MONGAGUÁ E DO ESTADO DE SÃO PAULO.	75
TABELA 15 - ECONOMIA.....	75
TABELA 16 - INDICES EDUCACIONAIS	76
TABELA 17 - RELAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE MONGAGUÁ.....	76
TABELA 18 - RELAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONGAGUÁ.....	79
TABELA 19 - ESTATÍSTICAS DA SAÚDE	79



I. APRESENTAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO TURISMO NACIONAL E PAULISTA

1. PLANEJAMENTO DO TURISMO

O planejamento está presente no cotidiano das pessoas, seja em casa ou no trabalho; sempre se está articulando alguma ideia e/ou ação a fim de organizar o futuro, sendo sobre essa ótica que a maioria dos autores define o planejamento.

No turismo o planejamento se torna um instrumento de ação imprescindível, considerando que se consolidou como uma das atividades socioeconômicas mais importantes do século XXI. Nota-se que ainda existe uma grande carência de planejamento no turismo, uma vez que a maioria das destinações, principalmente no Brasil, surgiu de forma espontânea, ou seja, sem um planejamento adequado, gerando como consequência muitos problemas às localidades receptoras.

Para Ignarra (1990 apud SANTOS, 2003, p. 2):

[...] o planejamento é um processo contínuo de tomada de decisões, onde se prevê o curso dos acontecimentos e a situação futura desejada. Assim, deve ser sistemático e flexível para que se atinjam os objetivos determinados, tornando um processo lógico de pensamento, onde se aborda racionalmente e cientificamente os problemas identificados ao se analisar a realidade.

Algo importante a se destacar é que o planejamento necessita ser um processo em constante revisão, pois é por meio desta que ações lógicas e sustentáveis podem ser traçadas. Quando se opta em agir desta forma, todos os envolvidos neste grande fenômeno, que é o turismo, acabam se fortalecendo.



Para Ruchsmann (1999, p. 9) “a finalidade do planejamento turístico consiste em ordenar as ações do homem sobre o território e ocupa-se em direcionar a construção de equipamentos e facilidades de forma adequada”.

O espaço turístico é um tema que não pode deixar de ser discorrido quando o assunto é planejamento aplicado ao turismo. A atividade turística utiliza obrigatoriamente o espaço físico, ou seja, aproveita-se dos espaços existentes sobre a superfície terrestre. Um dos aspectos mais importantes do planejamento é como organizar as ações do homem sobre esses espaços.

Boullón (2002, p. 75) afirma que “o planejamento maneja sete tipos diferentes de espaço físico: o real, potencial, cultural, natural adaptado (rural), artificial, natural virgem e vital”. Reduzindo as possibilidades de aplicação do planejamento físico às mais gerais, pode-se dizer que são duas: planejamento do espaço natural e planejamento do espaço urbano.

O espaço natural é aquele onde podem ser encontrados vestígios da natureza virgem, ou seja, todos os ecossistemas preservados e conservados. Já o espaço urbano é aquele em que o homem construiu suas cidades, sendo possível encontrar uma infraestrutura comercial, industrial, financeira e cultural simples ou complexa.

Boullón (2002, p. 66 e 67) acrescenta ainda que:

[...] o patrimônio turístico de um país é determinado a partir da integração de quatro componentes: os atrativos turísticos (matéria-prima), o empreendimento turístico (equipamentos e instalações), a infraestrutura (recursos de apoio e aparato produtivo) e a superestrutura (subsistema organizacional e recursos humanos disponíveis para operar o sistema).



O espaço turístico é consequência da presença e distribuição territorial dos atrativos turísticos, ou seja, ele é detectado pelo agrupamento e concentrações de atrativos e empreendimentos turísticos que saltam à vista. Podem ser relacionados devido ao seu tamanho e distribuição na superfície, como: zonas, áreas, complexos, unidades, núcleos, conjuntos e corredores turísticos (BOULLÓN, 2002).

Somente por meio de um planejamento bem elaborado e a participação ativa da comunidade é que o turismo se desenvolve com sucesso dentro de um determinado local ou área, portanto:

O turismo é um consumidor intensivo de território e, portanto deve-se planejar seu desenvolvimento numa ótica que aponte claramente quais objetivos econômicos se deseja alcançar, quais espaços devem ser protegidos e qual a identidade que será adquirida ou fortalecida (DIAS, 2003, p.37).

Independentemente do lugar, o turista será o interpretador do espaço, é ele que captará a beleza de onde está visitando e é por isso que estes ambientes necessitam ser planejados para recebê-los, uma vez que garantirá “uma permanência mais longa do visitante e uma maior satisfação em sua estada” (ROSE, 2002, p. 41).

Dentro das esferas governamentais, sejam elas em nível nacional, estadual/ou local, o planejamento do uso dos espaços básicos para o desenvolvimento do turismo, deve ser uma premissa essencial, para que os recursos naturais e artificiais sejam ofertados de forma sustentável.

Segundo Rose (2002, p. 25):

[...] a falta de planejamento adequado na utilização dos recursos [...] de uma destinação turística poderá acarretar, a médio



prazo, no esgotamento destes recursos, que, na maioria dos casos, são irrecuperáveis, inviabilizando a comercialização e, conseqüentemente, acarretando o abandono do local por parte da demanda.

Para que o turismo se desenvolva sustentavelmente, ou seja, em harmonia com os ambientes sociais, econômicos, culturais e naturais de uma localidade, o planejamento necessita ser uma ferramenta em constante uso e revisão, para que fortaleça o turismo e diminua os impactos negativos dentro da comunidade onde foi inserido.

Uma ação mal planejada em um determinado lugar pode afetar outro em consequência, por isso, “o planejamento turístico deve abranger não apenas um recurso (ou localidade), mas também o seu entorno, baseando seus estudos e propostas além de limites políticos ou administrativos” (RUCHSMANN, 1999, p. 87).

2. TURISMO COMO ATIVIDADE HUMANA

Desde as mais antigas civilizações, muitos foram os estímulos que levaram o homem a ir além de suas fronteiras. Pode-se perceber que o turismo, por meio de seu desenvolvimento histórico, se iniciou quando o homem passou a se locomover para lugares até então desconhecidos. Inúmeras foram as motivações que levaram as pessoas a explorarem outros territórios, como: motivação econômica – viajavam em busca de novas terras, que lhes possibilitassem ocupar, utilizar e comercializar seus produtos com outros povos; motivação religiosa – para visitarem novos templos, conquistar novos discípulos e até mesmo alcançarem a cura de uma doença.

Entretanto, foi no Império Romano que se acharam alguns registros das primeiras viagens com intuito de lazer, nos quais os indivíduos viajavam



quilômetros, por dias, apenas para visitar grandes templos ou para relaxar tomando banhos medicinais. Já na Idade Média, período entre o século V ao XV, o principal deslocamento resumia-se às peregrinações. Muitos mosteiros foram erguidos para servirem de abrigo aos peregrinos ('turistas'). Os principais destinos: Terra Santa de Jerusalém, Roma e o início das peregrinações ao túmulo de Tiago (um dos discípulos de Jesus Cristo) – que se transformaria futuramente no caminho de Santiago de Compostela, na Espanha.

Os séculos XV e XVI foram marcados pelas grandes navegações. Estas não encontraram limites, sendo intensas explorações em alto mar. O Brasil, por exemplo, iniciou sua história no turismo, com o seu próprio descobrimento. Foram muitos os países que enviaram seus navegadores para explorar as costas brasileiras.

O turismo neoclássico (Grand Tour) também tem início no século XVI, período onde os jovens (homens) da classe privilegiada, acompanhados de seus professores particulares, realizavam viagens pela Europa, com o objetivo de conhecer novas culturas, línguas e obter novos conhecimentos. Normalmente viajavam de navio, a cavalo, em lombo de burro e a pé. De acordo com BARRETO (2001), a ideia era que esses jovens "adquirissem experiência de vida, firmeza de caráter e preparação para a guerra", pois, muitos "viriam a exercer cargos na classe dirigente, civil ou militar".

Nos séculos XVIII e XIX, período da Revolução Industrial, o avanço nos meios de transportes se desenvolveu aceleradamente e novas fontes de energia começaram a surgir. No início, o barco a vapor passou a ser o meio de transporte mais seguro, rápido e com maior capacidade de carga e passageiros que existia.

Deste modo iniciou-se um grande intercâmbio turístico, principalmente entre a Europa e os demais continentes. As ferrovias também foram as que mais proporcionaram deslocamentos a grandes distâncias. Em 1841, Thomas Cook, organizou uma viagem de trem para 570 passageiros na Inglaterra. Na história do turismo sua empresa é considerada a primeira agência de viagens do mundo, a "Thomas Cook and Son" (IGNARRA, 2002).



Neste mesmo período os trabalhadores passavam cerca de 80 horas semanais nas indústrias têxteis em pleno trabalho. Com a indignação dos mesmos e a união da classe, os operários iniciaram uma série de movimentos em reivindicação aos seus direitos, conquistando a regulamentação trabalhista, assegurada por leis.

A primeira constituição do mundo que dispõe sobre o direito do trabalho é a do México de 1917, que garantia jornada diária de 8 horas, descanso semanal, igualdade salarial, regulamentação do trabalho feminino, extinção do trabalho infantil e salário mínimo. Após esse acontecimento, outros países seguiram o exemplo, como: Alemanha, Itália, Espanha, Portugal, Brasil e outros. O direito do trabalho se consolidou como uma necessidade social e as leis trabalhistas surgiram como uma forma de regulamentar as relações de trabalho que se desenvolveram nos meios econômicos de produção de bens e prestação de serviços. (MASCARO, 2001)

Estes direitos trouxeram às pessoas a disponibilização de tempo livre e recursos financeiros para viajar. Inicia-se, então, uma nova fase para o turismo, onde as pessoas têm como direito garantido o tempo livre.

Diante deste panorama histórico percebe-se que o turismo é um fenômeno social, totalmente ligado às ações do ser humano, uma vez que estes são os principais consumidores e fortalecedores de todos os mecanismos com que a atividade está ligada. Por meio dele, pode-se ter acesso às mais diferentes paisagens, culturas e infraestruturas.

Segundo Trigo (2000, p.12), o turismo é “uma atividade humana intencional que serve como meio de comunicação e como elo de interação entre os povos, tanto dentro como fora de um país”. Por isso, todas as pessoas precisam ter acesso garantido a esta atividade, que tanto tem a acrescentar ao ser humano. Na Conferência de Manila, em 1980, o turismo ficou reconhecido como um instrumento de desenvolvimento da personalidade humana, deixando como dever aos países criarem para seus cidadãos condições a práticas de acesso efetivo e sem discriminação a este tipo de atividade (DIAS, 2003).



3. TURISMO NO BRASIL E NO MUNDO

3.1. PANORAMA MUNDIAL DO TURISMO

O Turismo vem ganhando importância crescente em todo o mundo, em virtude do seu papel relevante no desenvolvimento econômico e social, gerando renda e empregos diretos e indiretos. É uma atividade de demanda, associada ao consumo, sendo seu desempenho fortemente influenciado pelo crescimento no nível de renda dos consumidores efetivos dos demandantes potenciais.

São milhares de pessoas indo de um lugar para outro do mundo, utilizando-se de meios mais variados de transportes, ou seja, carro, ônibus, trem, navio e, principalmente, avião. Turismo de lazer, negócios e eventos, assim como visita a amigos e parentes são os principais motivos que levam ao desenvolvimento da atividade turística nos mais variados países, estados ou cidades.

No mundo, o turismo movimentou em receitas cambiais algo em torno de US\$919 bilhões, segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT). Como aquecimento da economia mundial nos últimos anos, verificou-se que o fluxo internacional de turistas vem crescendo significativamente.

Segundo a OMT o turismo mundial em 2013 teve um aumento significativo de pessoas viajando para o exterior. A chegada de turistas internacionais aumentou 5% em todo o mundo, alcançando um novo recorde de 1,087 bilhão de pessoas.

Viajaram 52 milhões de turistas internacionais a mais do que no ano anterior. Considerando fatores econômicos, humanos, tecnológicos e culturais, o turismo abrange um volume financeiro mundial superior a US\$7 trilhões, um crescimento médio de 4% ao ano e um fluxo de 880 milhões de viagens (WTTC, OMT, 2009). Estudos preveem um fluxo de 1,3 bilhão de turistas internacionais para 2020.

O setor turístico demonstrou uma notável capacidade de adaptação às condições instáveis dos mercados, assim como para impulsionar o crescimento e



acriação de emprego em todo o mundo, apesar dos desafios econômicos e geopolíticos.



Tabela 1 - Fluxo Turístico no Mundo

Regiões e sub-regiões	Turistas (milhões de chegadas)					
	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Mundo	916,6	982,1	1050,1	1096,0	1.035,5	1.086,9
Europa	485,2	561,6	686,6	816,8	934,4	1063,5
Europa do Norte	60,8	70,0	83,8	94,8	105,1	118,9
Europa Ocidental	153,2	178,5	215,3	261,1	316,5	374,3
Europa Central/Oriental	100,0	116,6	135,0	150,9	161,6	178,9
Europa Meridional/Mediterrâneo	171,2	204,5	243,5	287,0	319,2	361,4
Ásia e Pacífico	184,1	218,1	265,1	318,3	383,6	448,1
Ásia Nordeste	100,9	110,0	121,5	135,8	152,8	167,0
Ásia Sudeste	61,8	71,1	80,0	87,3	94,6	103,1
Oceania	11,1	12,9	14,6	16,7	18,1	19,5
Ásia Meridional	10,3	11,1	12,0	13,5	14,1	15,5
Américas	147,8	160,7	175,3	186,5	193,0	207,9
América do Norte	97,7	107,1	119,3	129,1	135,9	141,1
Caribe	20,1	21,6	22,9	24,1	25,0	26,2
América Central	8,2	8,6	9,9	10,3	10,9	11,2
América do Sul	21,8	23,4	25,6	27,0	27,2	27,4
África	44,3	49,9	59,9	69,5	72,5	75,8
África do Norte	17,1	18,6	20,8	22,1	22,5	23,6
África Subsaariana	27,2	29,3	31,1	32,4	34,0	36,2
Oriente Médio	55,2	58,8	68,2	74,9	72,0	71,6

Fonte: Organização Mundial do Turismo – OMT.

Pelo mundo, observa-se uma recuperação dos dados relacionados ao desempenho da atividade turística dos países. Em 2013 observou-se um crescimento acompanhado por uma tendência de descentralização do fluxo turístico.

No turismo mundial o destaque vai para a Europa que liderou o crescimento em valores absolutos, acolhendo mais de 29 milhões de turistas internacionais, para um total de 563 milhões, tendo-se verificado um crescimento de 5% e o dobro da média da região para o período entre 2005 e 2012. Em termos relativos, o crescimento foi mais forte na Ásia e no Pacífico (6%), onde o número de turistas internacionais cresceu 14 milhões, para chegar a 248 milhões. As Américas (4%) tiveram um aumento de seis milhões de chegadas, para um total de 169



milhões, enquanto a África também registrou um crescimento de 6%, com mais 3 milhões de chegadas, para um número recorde de 56 milhões.

De acordo com os dados do Barômetro Mundial de Turismo, entre os 10 mercados emissores mais importantes do mundo, destacou-se a China, com os chineses a gastarem 102 mil milhões de euros, o que se traduziu em mais 28%, e a Rússia, onde os gastos aumentaram 26%.

O desempenho do turismo na América Latina em 2013 foi menor do que em 2012, embora tenha apresentado leve crescimento. Nos primeiros nove meses de 2013 o crescimento da América do Sul foi de 2% e da América Central de 3%.

Gráfico 1 - Fluxo Turístico nas Américas



Os indicadores mostram que o cenário econômico mundial está beneficiando os mercados avançados, sobretudo a Europa, que cresceu 6% no período, enquanto que a América Latina passou a figurar entre os emissores mundiais de turistas e



também entre os mercados que mais gastam em viagens (Brasil +15%).

Na área de eventos, Brasil, Argentina e México se destacam no ranking da ICCA, assim como as cidades de Buenos Aires, Rio de Janeiro e São Paulo. A realização do Mundial de Futebol da FIFA em 2014 aumentou a visibilidade internacional não somente para o Brasil, mas para muitos países da região.

O desempenho da indústria de viagens e turismo na América Latina mostra a importância desse negócio para a economia dos países, contribuindo com 3,2% do PIB e gerando cerca de 3% dos postos de trabalho da região (WTTC, 2013). A melhoria do ambiente de negócios e do desempenho do setor passa pelas condições econômicas e a realização de políticas que possam dinamizar o turismo,



Ministério do
Turismo



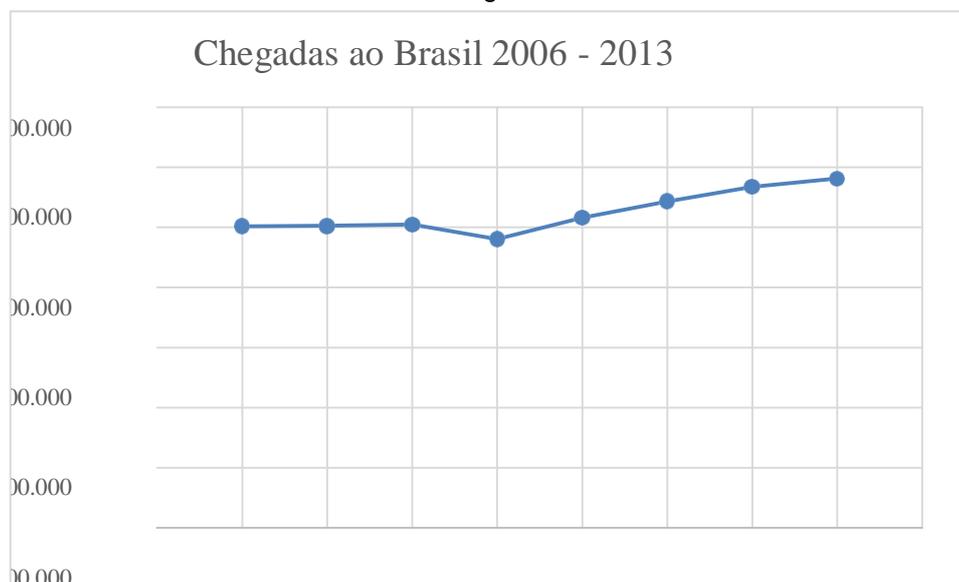
e ao mesmo tempo pela evolução e dinamização das redes de negócios que as empresas criam em torno do setor.

No Brasil, houve um crescimento ainda maior na chegada de turistas do que a média mundial. No entanto, o gasto de estrangeiros no Brasil medido em dólares cresceu pouco, já que com a forte desvalorização do real ao longo de 2013 os estrangeiros precisaram de menos dólares para atender as mesmas necessidades.

O Brasil em 2013 recebeu aproximadamente 6 milhões de turistas, um aumento de 5,6% no número de chegadas de estrangeiros em relação a 2012. Esse índice também é superior ao de toda região das Américas – que recebeu 3,6% turistas a mais em 2013, na comparação com o ano anterior. Apesar do crescimento de no mínimo 5,6% no número de chegadas de pessoas ao país, o gasto dos turistas medido em dólares subiu apenas 0,8% no ano. A forte valorização do dólar e do euro frente ao real é um dos motivos. O dólar começou 2013 cotado a R\$ 2,04, e fechou cotado a R\$ 2,35. A moeda americana se fortaleceu 16% ao longo do ano. A mudança cambial faz com que os turistas possam consumir os mesmos bens e serviços em reais com menos dólares.



Gráfico 2 - Chegadas ao Brasil 2006 – 2013



Fontes: Departamento de Polícia Federal e Ministério do Turismo.

3.2. GASTOS NO EXTERIOR

Os brasileiros que fizeram turismo no exterior passaram a gastar 14,2% a mais. Isso fez com que os brasileiros ganhassem uma posição no ranking da OMT de turistas que mais gastam dinheiro.

O país ultrapassou Cingapura e ocupa agora a 11ª posição – atrás de China, Estados Unidos, Alemanha, Grã-Bretanha, Rússia, França, Canadá, Japão, Austrália e Itália. O relatório da OMT destaca o forte crescimento de gastos de chineses e russos com turismo no exterior. Pelo quarto ano consecutivo, o consumo de chineses no exterior cresceu mais que 25%. A previsão da OMT é que esse percentual fique acima de 30% em 2013. Os chineses lideram com folga os gastos de turistas no mundo – foram US\$ 102 bilhões em 2012. Naquele ano, os americanos – que ocupam o segundo lugar no ranking – gastaram US\$ 83,5 bilhões. Em três anos, os turistas russos pularam da 10ª para a 5ª posição no ranking, sempre gastando mais que 20% em relação ao ano anterior.



Ministério do
Turismo



A Europa segue sendo o destino favorito dos turistas – 51,8% das pessoas (ou 563 milhões de pessoas) que viajaram em 2013 foram para o continente europeu. Mas a região que registra o maior crescimento nos últimos anos é o Sudeste Asiático. Em 2013, mantendo a média dos últimos anos, países como a Tailândia, Indonésia e Malásia atraíram 10% a mais de estrangeiros do que no ano anterior. A OMT prevê que em 2014 o número de pessoas viajando para o exterior continuará crescendo – mas em um ritmo mais lento do que o de 2013, entre 4 e 4,5%.

As tendências de mercado destacam a importância da tecnologia para impulsionar vendas e melhorar a experiência dos turistas nos destinos; a diversificação de produtos e sua adaptação à demanda como um dos fatores de atratividade de visitantes; as promoções e o custo das viagens como determinantes na hora da compra de viagens; a clareza cada vez mais destacada da importância dos comentários dos turistas sobre suas experiências como influenciador de fluxos; e a utilização de telefones e tablets, como verdadeiros guias de todas as horas em todos os lugares.



Tabela 2 - Fluxo Turístico de Chegada no Brasil

Principais países emissores	Chegadas de turistas														
	2009			2010			2011			2012			2013		
	Total	Participação %	Posição	Total	Participação %	Posição	Total	Participação %	Posição	Total	Participação %	Posição	Total	Participação %	Posição
Total	802.217	100,00		161.379	100,00		433.354	100,00		676.843	100,00		813.342	100,00	
Argentina	211.159	22,22	1º	399.592	27,12		593.775	29,33		671.604	29,45		711.491	29,44	1º
Estados Unidos	103.674	12,57	2º	141.377	12,43		194.947	10,95		136.463	10,33		192.827	10,20	2º
Alemanha	30.373	3,76	8º	34.340	3,77		32.730	3,55		46.401	4,34		38.932	4,63	3º
Uruguai	70.491	8,55	11º	100.724	3,89		17.200	4,00		50.586	4,41		38.203	4,61	4º
Chile	39.412	4,94	6º	28.545	4,43		31.204	4,81		33.864	4,47		32.512	4,52	5º
Paraguai	15.595	1,94	4º	26.630	4,39		41.739	4,45		58.437	4,55		36.505	4,07	6º
Itália	53.545	6,66	3º	45.491	4,76		29.484	4,22		30.114	4,05		33.243	4,01	7º
França	105.860	13,19	5º	99.719	3,87		107.890	3,83		118.626	3,85		124.078	3,85	8º
Espanha	74.526	9,28	9º	79.340	3,47		90.392	3,50		90.406	3,18		99.751	2,92	9º
Portugal	72.643	9,05	10º	57.355	3,24		49.564	2,75		55.548	2,74		59.732	2,92	10º



Ministério do Turismo



Inglaterra	33.697	83	7º	39.065	3,66	728	3,38	10º	349	2,97	10º	350	89	11º
Bolívia	8.010	62	14º	5.567	1,66	45	1,68	12º	324	1,77	13º	361	00	12º
Colômbia	8.975	64	13º	11.020	1,57	95	1,60	13º	396	1,62	14º	302	70	13º
Peru	3.454	74	12º	9.359	1,93	29	1,57	14º	339	1,98	12º	328	63	14º
Holanda	6.655	39	18º	9.742	1,16	47	1,16	19º	302	1,29	16º	325	50	15º
Japão	8.028	42	17º	7.616	1,31	51	1,19	18º	358	1,09	20º	338	32	16º
Suíça	5.518	57	15º	6.411	1,48	62	1,33	15º	333	1,29	15º	387	19	17º
Canadá	2.736	51	16º	9.995	1,36	51	1,21	17º	371	1,23	17º	390	18	18º
China	3.886	12	20º	1.186	0,99	61	1,05	20º	306	0,90	23º	309	18	19º
México	3.296	32	19º	4.188	1,24	58	1,29	16º	362	1,21	18º	310	16	20º
Outros países	00.684	51		34.117	12,29	702	13,14		354	13,28		368	108	

Fontes: Departamento de Polícia Federal e Ministério do Turismo.



3.3. OS DESAFIOS DO BRASIL

Nos próximos anos, o Brasil terá oportunidade de entrar no mapa dos grandes destinos turísticos do mundo, não apenas porque foi sede da Copa do Mundo em 2014 e porque sediará os Jogos Olímpicos em 2016, mas em função de um conjunto maciço de investimentos em infraestrutura e marketing na área.

Os desafios para o Brasil são ambiciosos, o Ministério do Turismo tem como objetivo sair da sexta para a terceira economia turística do planeta, ficando atrás apenas dos gigantes: China e Estados Unidos, exigindo um crescimento anual médio de mais de 8% do turismo do Brasil, sendo uma taxa superior ao crescimento médio da atividade turística no mundo e ao próprio crescimento do nosso PIB. É um desafio que o Mtur e o governo brasileiro assumem com satisfação, cientes que o turismo repousa uma forte solução para o crescimento sustentado e sustentável do país, com redução de desigualdades regionais, inclusão social e geração de emprego e renda. Prova disso foi o crescimento em 18,5% somente entre 2007 e 2011, e com a geração de quase 3 milhões de empregos diretos entre 2003 e 2012, pode-se crescer no mínimo o dobro no futuro, conforme a implementação das ações do Plano Nacional de Turismo(PNT).

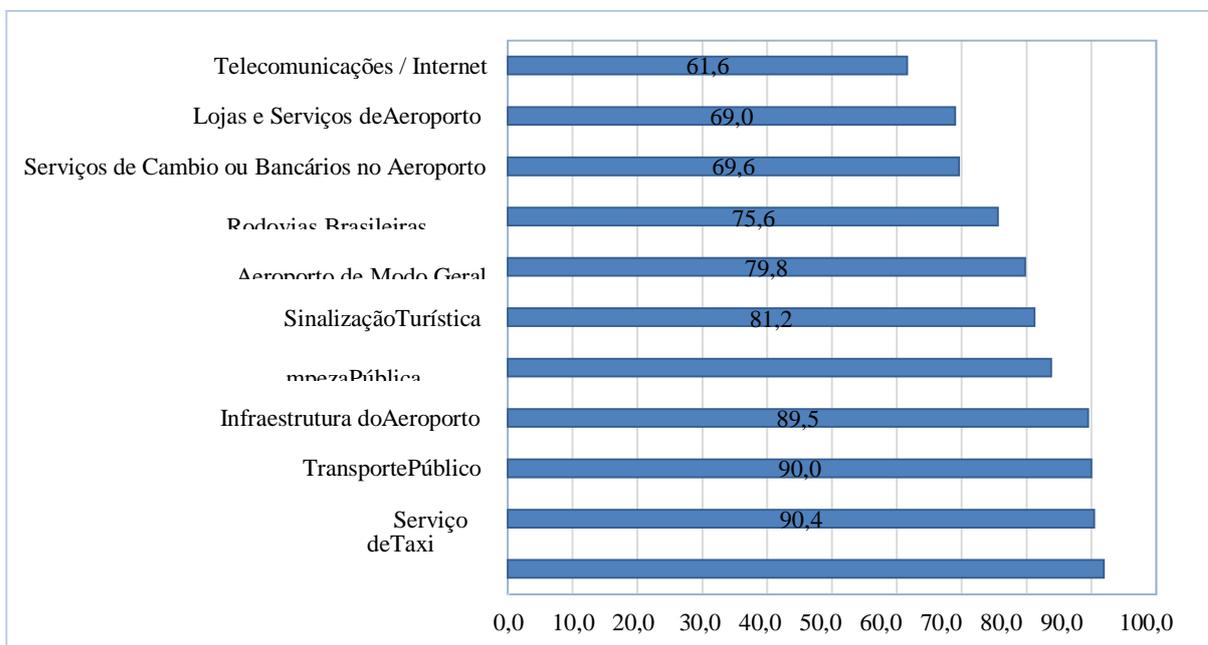
Para que este crescimento aconteça, se faz necessário aproveitar os grandes eventos. Primeiro, o legado de infraestrutura aeroportuária e de mobilidade urbana, dois fatores-chave para alavancar a competitividade do Brasil enquanto destino turístico internacional e doméstico. A Copa do Mundo FIFA realizada somada a Olimpíada darão um salto na capacitação dos brasileiros em receber turistas.

Pensando nos megaeventos como oportunidades pode-se observar através dos dados coletados e divulgados acerca do resultado da Copa do Mundo FIFA de Futebol realizada no Brasil entre Junho e Julho de 2014, que 90,2% dos turistas entrevistados tiveram a Copa do Mundo como a principal motivação da viagem (BRASIL. Ministério do Turismo, 2014b) e 95% dos turistas estrangeiros querem retornar ao país sendo que 98% dos turistas teve suas expectativas plenamente atendidas ou superadas (BRASIL. Ministério do Turismo, 2014b).



A seguir veremos a percepção do mundo em relação ao produto turístico brasileiro, incluindo as avaliações positivas por parte dos turistas em significativas áreas. Como pode-se observar a seguir, esses dados demonstram um forte potencial de desenvolvimento para o produto turístico nacional.

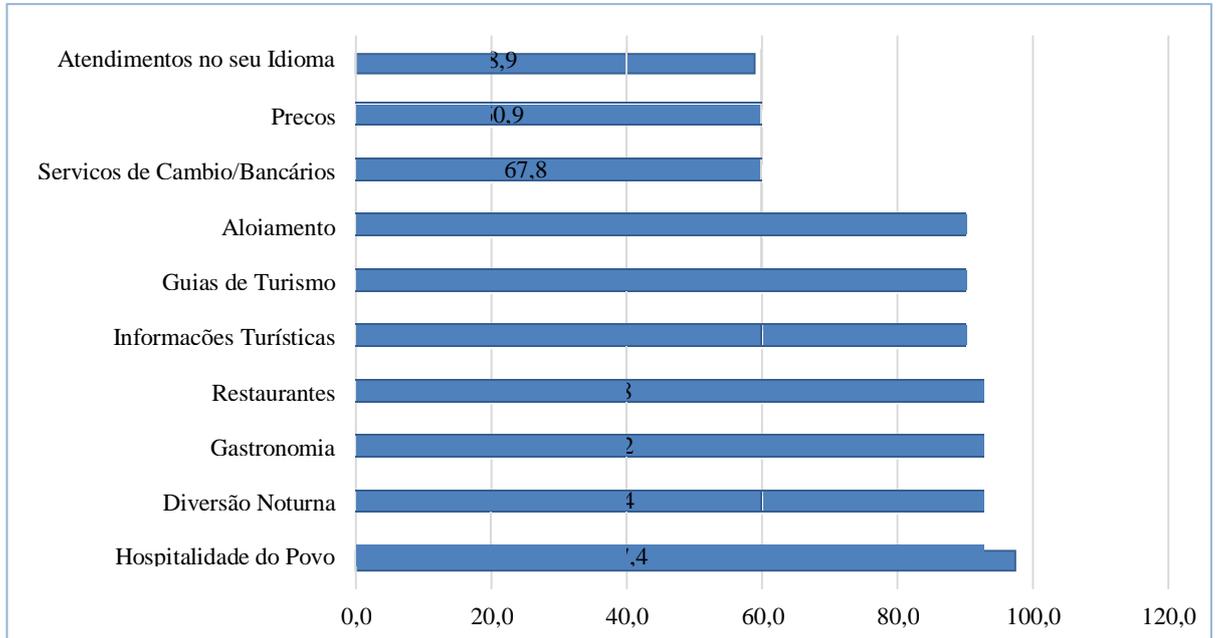
Gráfico 3 - Avaliação da infraestrutura



Fonte: BRASIL. Ministério do Turismo, 2014.

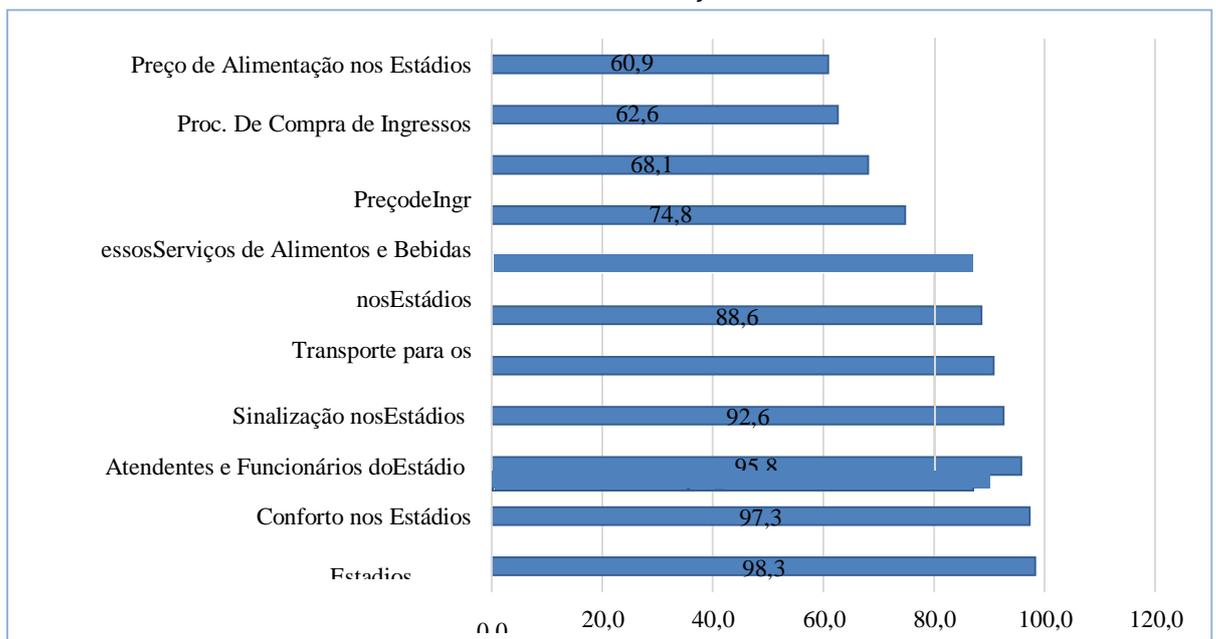


Gráfico 4 - Avaliação dos Serviços Turísticos



Fonte: BRASIL. Ministério do Turismo, 2014.

Gráfico 5 - Avaliação Geral



Fonte: BRASIL. Ministério do Turismo, 2014.

Além das boas avaliações em relação a estrutura e serviços, houve um aumento em relação a demanda habitual de alguns tipos de meios de



hospedagem, apresentando 16,1% das opções dos turistas por imóveis alugados 10,6% por albergues e campings durante o período da Copa do Mundo, quando a opção por esses meios de hospedagem habitualmente é de 11,9% e 4,9% respectivamente. O crescimento considerável para alternativas em hospedagem também se deve ao grande número de turistas que viajaram acompanhados de amigos ou sozinhos, o que ocasiona uma possível influência no perfil da demanda (BRASIL. Ministério do Turismo, 2014).

Tabela 3 - Gasto Médio de Turistas Estrangeiros durante a Copa do Mundo 2014

Gastos na viagem	U\$\$
Gasto médio per capita no Brasil	2.099
Gasto médio per capita diário no Brasil	134

Fonte: BRASIL. Ministério do Turismo, 2014.

Entre as informações coletadas pode-se observar conforme tabela anterior que o gasto médio per capita no Brasil durante a viagem foi de US\$ 2.099,00 o que segundo o Mtur é quase o dobro em relação ao gasto habitual dos turistas estrangeiros (BRASIL. Ministério do Turismo, 2014c).

Um grande desafio é incluir plenamente essa parcela da população, e o turismo é uma ferramenta importante para fazê-lo rapidamente, modificando nosso cenário social. Ao mesmo tempo, uma parcela expressiva da população que só nos últimos anos passou a ter acesso ao consumo, bem como o número cada vez maior de idosos existente no país, deseja viajar e quer conhecer o Brasil. Políticas que conduzam à realização desse desejo, como os programas de incentivo a viagens em baixa temporada, são um passo importante para a consolidação do Brasil enquanto destino turístico preferencial dos próprios brasileiros.

4. TURISMO NO ESTADO DE SÃO PAULO



Composto por uma série de atividades produtivas, o turismo brasileiro apresenta hoje uma contribuição total – que inclui as atividades diretas, indiretas e induzidas do turismo – de 9,2% do PIB, o equivalente a US\$ 205,6 bilhões (ou R\$ 443,7 bilhões de reais) gerados de acordo com o estudo elaborado pelo Conselho Mundial de Viagens e Turismo (WTTC) em 2013, promovendo impactos significativos creditados a uma movimentação de mais de 52 setores na economia do país. Quanto a sua participação direta, o turismo representa 3,7% do PIB brasileiro, gerando em torno de US\$ 76,1 bilhões e cerca de 2,9 milhões de empregos, segundo o IBGE (Mtur/Embratur,2014).

Restringindo a análise para São Paulo, este Estado, com uma população que ultrapassa 44 milhões de habitantes e detém 32,6% do PIB nacional, segundo estudos do IBGE de 2013, desponta como um dos Estados brasileiros mais visitados. Sua capital se destaca como o principal destino de negócios do país – chegando a receber 13 milhões de pessoas por ano – porém o estado como um todo possui a maior infraestrutura do país, com uma gama de serviços de saúde, alimentação, hospedagem, entretenimento e educação, e abriga uma grande variedade cultural e artística promovida pela diversidade de nacionalidades, além disso, apresenta uma diversidade de paisagens naturais. Nesse contexto, o turismo tem grande participação na economia do Estado devido aos vários setores de atuação e a grande variedade de atrações nos diversos segmentos de mercado como de ecoturismo, religioso, histórico, de sol e praia, de eventos, compras, entre outros.

O estudo mais recente elaborado pela TUR.SP (Companhia Paulista de Eventos e Turismo) em 2011 apresenta que em 2009, o Estado recebeu cerca de 44,4 milhões de turistas, sendo 42,6 milhões de turistas domésticos e 1,8 milhões de turistas internacionais.

No setor aéreo também se revela um desempenho favorável, particularmente pelas 37 empresas que operam voos diretos entre



São Paulo e destinos internacionais que, a partir de 2006, obtiveram aumento acima de 30% de suas frequências regulares.

Em 2010, entre os meses de janeiro e outubro, os aeroportos administrados pela Infraero no Estado de São Paulo registraram movimento de 39.423.918 passageiros, o que representa, aproximadamente, 20% a mais em relação ao mesmo período do ano anterior.

Já em relação ao DAESP (Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo) que envolve 31 aeroportos, o movimento de passageiros chegou a 1,2 milhão durante o ano.

Com esses fluxos, o turismo em São Paulo gerou 360 mil postos de trabalho em 2010 e uma receita turística total da ordem de R\$ 56,5 bilhões advinda de gastos diversos em hospedagem, alimentação, compras e lazer.

Os dados oficiais de 2014 ainda não foram divulgados, porém, baseado nas estatísticas disponíveis nos sites da INFRAERO, DAESP e GRU Airport, apresenta-se os seguintes dados aproximados:

Tabela 4 - Estimativa do movimento de passageiros nos aeroportos do Estado de São Paulo em 2014.

DAESP ¹	INFRAERO ²	GRU Airport ³	TOTAL
2.685.936	16.636.731	35.975.000	55.297.667

¹ Movimento de passageiros em 2014 nos aeroportos administrados pelo DAESP. Disponível em: <<http://www.daesp.sp.gov.br/estatistica-consulta/#!prettyPhoto/1/>>. Acesso em: 16 jan.2015.

² Movimento de passageiros até novembro de 2014 nos aeroportos administrados pela INFRAERO no Estado de São Paulo. Disponível em: <<http://www.infraero.gov.br/index.php/br/estatistica-dos-aeroportos.html>>. Acesso em: 16jan.2015.

³ Movimento de passageiros até novembro de 2014 no Aeroporto Internacional de Guarulhos. Disponível em: <<http://gru.com.br/pt-br/Estatisticas>>. Acesso em: 16jan.2015.



Fonte: Elaboração pelos autores através de dados colhidos, 2015.

Além de ser a principal porta de entrada via transporte aéreo do país, o Estado de São Paulo conta ainda com as melhores rodovias do país e o maior porto da América Latina, utilizado também para cruzeiros marítimos.

O turismo no Estado movimenta até 56 setores da economia. Gera um milhão de empregos diretos e dois milhões indiretos. São Paulo é único Estado com políticas públicas voltadas à atividade turística, tratado como vetor de desenvolvimento social e econômico. O modelo possibilita estar na vanguarda do turismo nacional⁴.

O governador Geraldo Alckmin sancionou duas Leis no primeiro semestre de 2017 (31/05/2017), na Assembleia Legislativa de São Paulo, que oficializam as primeiras 20 cidades paulistas como Municípios de Interesse Turístico (MIT). O Estado conta com mais de 8.000 meios de hospedagem, distribuídos entre 645 municípios, sendo que 70 deles recebem o título de estância turística – são 15 balneárias, 12 climáticas, 11 hidrominerais e 32 turísticas – 335 são considerados municípios de interesse turístico, além de outros 140 que apresentam grande potencial turístico a ser explorado. Hoje já são mais de 40 roteiros turísticos estabelecidos. A vocação natural do Estado é o turismo de negócios, em suas diversas possibilidades (congressos, convenções, seminários, feiras industriais, viagens de representação, compras, etc.), não só na capital, mas em vários municípios do interior como Campinas, Ribeirão Preto e São José do Rio Preto. Cerca de 80% dos grandes eventos que acontecem no Brasil ocorrem no Estado de São Paulo.

O turismo no Estado de São Paulo não se restringe ao segmento de turismo de negócios. Vários eventos culturais e esportivos atraem milhões

⁴ Disponível em: <http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/alckmin-sanciona-20-municipios-turistico/>. Acesso em 10 de junho de 2017.



de turistas para o Estado, como por exemplo, o Grande Prêmio Brasil de Fórmula 1, a Festa do Peão Boiadeiro de Barretos, o Festival de Inverno de Campos do Jordão e a Festa de Flores e Morangos de Atibaia.

O turismo de sol e praia é outro importante segmento na atração dos fluxos turísticos, visto que Praia Grande, Ubatuba, Caraguatatuba e Santos são os municípios do Estado que mais recebem visitantes por ano. Porém, o turismo de sol e praia não se restringe apenas ao litoral do Estado; ao longo da Hidrovia Tietê- Paraná há centenas de praias lacustres e fluviais que atraem milhões de turistas de sol e praia e também de pesca esportiva.

O turismo de aventuras se desenvolve em dezenas de municípios paulistas, sendo que dois dos destinos mais procurados no Brasil situam-se no Estado de São Paulo – Brotas e Socorro, cidade reconhecida internacionalmente pelo trabalho de acessibilidade realizado em seus equipamentos. O turismo religioso é outro segmento de forte atração de turistas, principalmente nas cidades de Aparecida, Guaratinguetá e Cruzeiro.

O turismo baseado em patrimônio histórico tem como Cunha, São Luís do Paraitinga, Iguape e Cananeia alguns de seus exemplos, além das cidades do Vale Paraíba que ainda preservam importantes construções da época do café. O turismo de saúde, além de contar com suas dezenas de estâncias balneárias, climáticas e hidrominerais, conta com centros médicos de excelência, não só na capital, mas também em cidades como Campinas, São José do Rio Preto, Ribeirão Preto, Barretos, etc. O Estado conta ainda com dezenas de Spa's de renome internacional.

Por tal grandiosidade e diversidade de opções nas distintas áreas, o Estado de São Paulo vem promovendo estratégias e implantando ações que objetivam facilitar seu desenvolvimento, promover riqueza, gerar emprego, estimular renda, divulgar a cultura e proporcionar benefícios à sua população, aos turistas e a toda cadeia de bens, serviços e talentos que integra. Unir a vocação natural para o turismo de negócios à



infraestrutura de lazer, serviços e cultura é um caminho natural.

4.1. PRINCIPAIS NÚMEROS DO ESTADO DE SÃO PAULO:

- Em relação ao transporte rodoviário de turistas internacionais, Paraguai, Argentina e Uruguai são os principais emissores;
- São Paulo responde por 43,8% do faturamento com turismo no Brasil;
- Cerca de 80% das grandes feiras e eventos do Brasil acontecem no Estado;
- De todo o remanescente de Mata Atlântica no Brasil, 18% está no Estado;
- Recebe 29% dos turistas domésticos brasileiros e emite 41,3% dos turistas às demais unidades da federação;
- O turista que visitou o Estado de São Paulo em 2008 gastou, em média, R\$ 1.244,50, com hospedagem em casa de amigos e parentes (55%) e com meios de hospedagem pagos (28%);
- A grande maioria visita o Estado em carros próprios (49,4%), além de ônibus de linha regular (19,9%) e transporte aéreo (14,9%);
- Cerca de 46,4% dos turistas de outros Estados vieram do Sudeste, demonstrando a força do turismo inter-regional;
 - Área (em km²) -248.209,43;
 - População em 2009 -41.633.802;
 - Grau de Urbanização (em %) 2009 -93,76;
 - Densidade Demográfica. (habitantes/km²) 2009 -167,74;



- Taxa Geométrica de Crescimento Anual da População – 2000/2009 (em % a.a.) -1,33;
- Número de municípios:645;
- PIB: 31% da produção econômica do país;
- Imigrantes: cerca de três milhões entre 70 nacionalidades;
- Em 2014, a cidade de São Paulo foi sede de 6 jogos da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 e chegou a receber 540 mil turistas no período de 1 mês, sendo que 200 mil eram estrangeiros. Porém outras 12 cidades paulistas – São Paulo, Santos, Campinas, Águas de Lindóia, Guarujá, Mogi das Cruzes, Porto Feliz, Ribeirão Preto, Sorocaba, Guarujá e Itu - foram selecionadas para funcionar como centro de treinamento de 15 seleções mundiais, dentre elas México, França e Estados Unidos.

Além disso, segundo o Ministério do Turismo, São Paulo foi o Estado que mais recebeu turistas durante o período de realização do megaevento. Segundo pesquisas, os turistas estiveram em 66 municípios de todas as regiões paulistas, com destaque para o litoral Estado.

4.2. REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO NO ESTADO DE SÃO PAULO

Em 2003, com a criação do Ministério do Turismo (MTur), o Governo Federal reconheceu o Turismo como atividade de grande relevância para o desenvolvimento nacional, considerando o setor como uma das dez prioridades da sua gestão. O propósito maior é o de enfrentar, na área do Turismo, o desafio de conceber um novo modelo de gestão pública, descentralizada e participativa, de modo a gerar divisas para o País, criar empregos, contribuir para a redução das desigualdades regionais e



possibilitar a inclusão dos mais variados agentes sociais.

Logo após sua criação, o MTur construiu, de forma participativa o Plano Nacional de Turismo, para o período 2003-2007. Nesse Plano foram definidas as diretrizes, as metas e os programas, que se constituíram como política pública indutora do desenvolvimento socioeconômico do País. A regionalização é então assumida como política pública de Turismo, materializada no “Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil (PRT)”.

A Regionalização do Turismo busca um olhar além do município para fins de planejamento, gestão, promoção e comercialização integrada e compartilhada. Propõe-se olhar a região, e não mais o município isoladamente. O foco na região prioriza o crescimento dos municípios de forma integrada e harmônica, propiciando que auxiliem uns aos outros na implantação das políticas públicas e dos produtos turísticos. A prioridade regional não diminui a importância do município, mas sim, o impulsiona, uma vez que promove o seu próprio desenvolvimento, bem como o de seu entorno. Essa visão se alinha às tendências internacionais que buscam aperfeiçoar os recursos financeiros, técnicos e humanos a fim de que possam criar condições e oportunidades para revelar e estruturar novos destinos turísticos, qualificados e competitivos.

Diante desta proposta de regionalização, o órgão gestor de turismo de São Paulo, a Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo, a fim de facilitar a aplicação e o desenvolvimento de programas e projetos relacionados ao turismo, subdividiu o estado em 15 Macrorregiões Turísticas, cada uma delas constituídas de uma a quatro Regiões Turísticas, totalizando 34 RT no estado.

Tal divisão foi feita por dirigentes municipais (conselhos, prefeituras, coordenadorias e secretarias) que levaram em consideração a proximidade geográfica e a afinidade entre os produtos turísticos de cada localidade, tais como a história, a cultura e o meio ambiente que são a base para a



oferta de produtos e a consolidação de atrativos. O mapa a seguir mostra a divisão adotada pelo Governo do Estado.



Mapa 1 - Regiões Turísticas do Estado de São Paulo

Macros e Regiões Turísticas do Estado de São Paulo



Macros e Regiões Turísticas
(nº municípios)

MRT PLANALTO PAULISTA

- RT Vale do Paraapanema (13)
- RT Vertente das Águas Limpas (12)
- RT Caminhos das Imigrantes (12)
- RT Alto Colinas (14)

MRT OESTE PAULISTA

- RT Agudos do Oeste (25)
- RT Pontal Paulista (13)
- RT Sol do Oeste (20)

MRT NOROESTE PAULISTA

- RT Água, Cultura e Negócios (29)
- RT Águas Vivas (18)
- RT Entre Rios (26)
- RT Grandes Lagos (25)

MRT NORDESTE PAULISTA

- RT Lagos do Rio Grande (23)

MRT VALE DO RIO GRANDE

- RT Vale do Rio Grande (19)

MRT CENTRO PAULISTA

- RT Centro Paulista (20)

MRT CENTRO OESTE PAULISTA

- RT Coração Paulista (26)

MRT TERRA DO SOL

- RT Natureza & Tradições (20)
- RT Teal Vivo (23)

MRT CAMINHOS DA ALTA MOGIANA

- RT Alta Mogiana (25)

MRT ENTRADAS E BANDEIRAS

- RT Bem Viver (44)
- RT Café com Leite (16)
- RT Café e Flores (17)
- RT Serra do Itaquari (13)

MRT VALE DO RIBEIRA

- RT Caminhos da Mata Atlântica (14)
- RT Alto Vale do Ribeira - Caminhos da Mata Atlântica (26)

MRT CAPITAL EXPANDIDA

- RT ABC Tur (07)
- RT Alto Teal - Cantareira (15)
- RT Grande Oeste de SP (15)
- RT São Paulo Capital (01)

MRT SUDOESTE PAULISTA

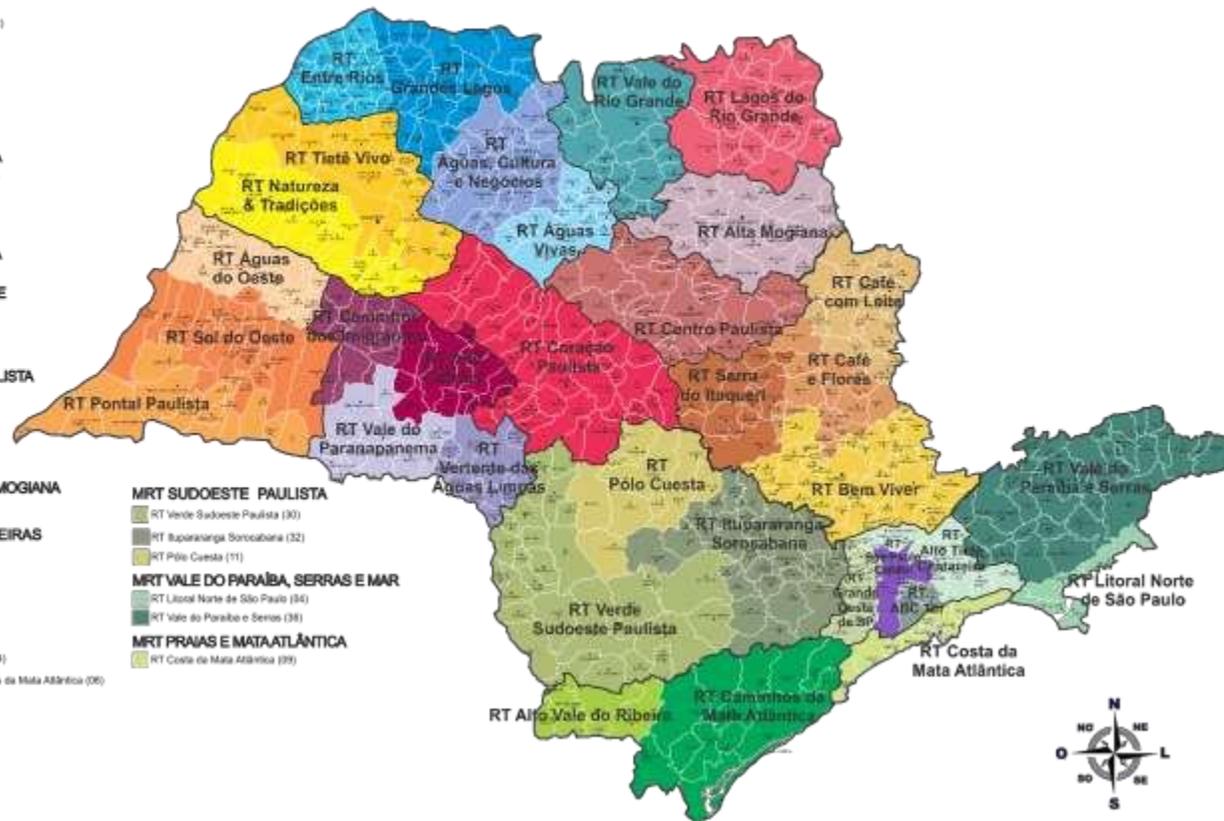
- RT Verde Sudoeste Paulista (30)
- RT Rupununga Sorocabana (32)
- RT Polo Cuesta (11)

MRT VALE DO PARAIBA, SERRAS E MAR

- RT Litoral Norte de São Paulo (34)
- RT Vale do Paraíba e Serras (38)

MRT PRAIAS E MATA ATLÂNTICA

- RT Costa de Mata Atlântica (35)



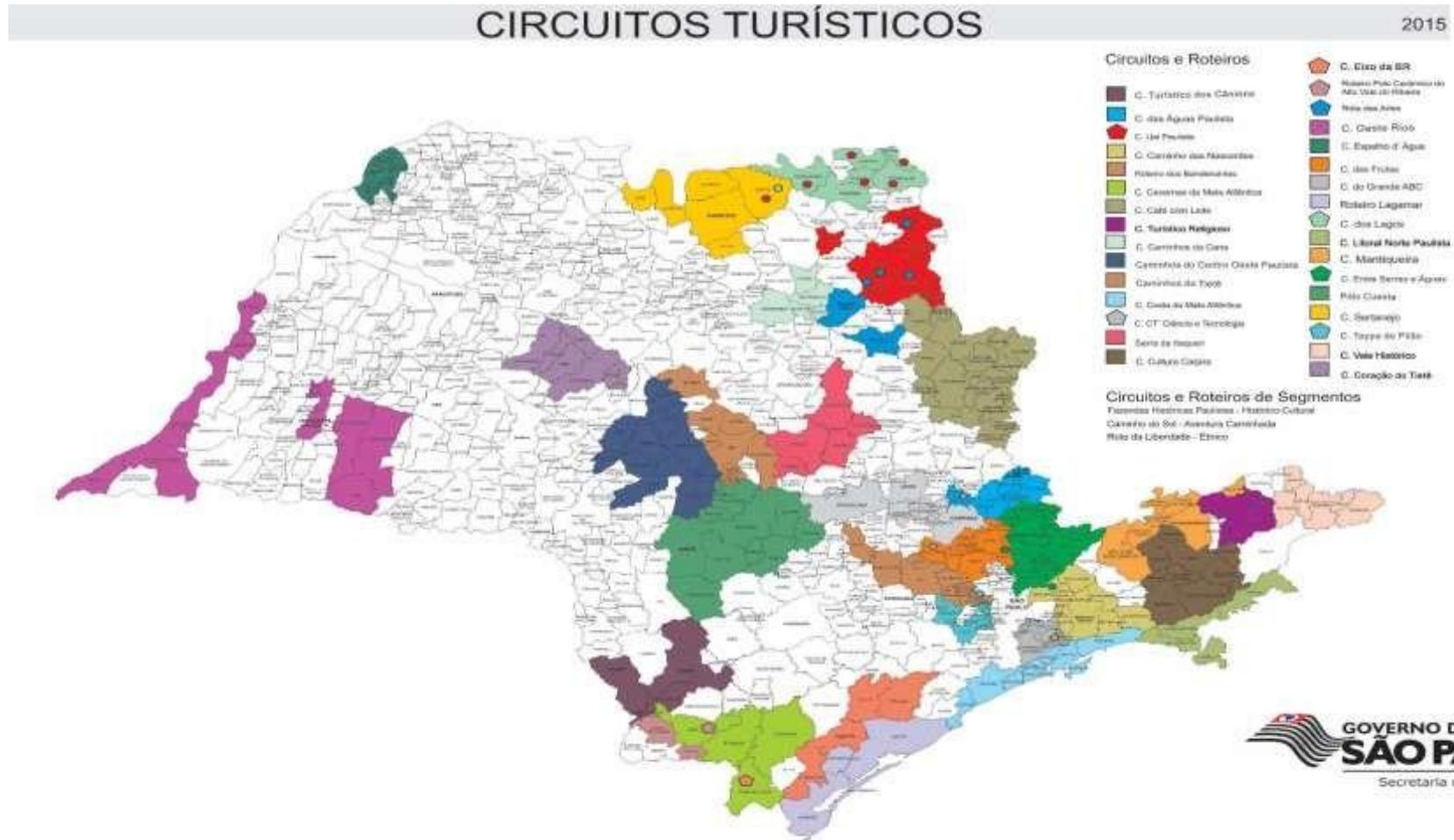
Fonte: Secretária de Turismo de São Paulo, 2015



Posteriormente, entre 2002 e 2004, o Governo do Estado adotou uma nova divisão do turismo a fim de promover e vender o turismo local em feiras, eventos, etc., a dos “Circuitos Turísticos”. São 27 grupos de municípios – compostos apenas pelas cidades que tem a promoção turística em evidência – que têm características em comum, que servem de base para a formação de produtos, roteiros e circuitos. Essa formação possibilita ainda o desenvolvimento de políticas públicas e ações que garantem a estruturação do turismo na região, tais como cursos de capacitação, sinalização padronizada, organização de eventos, marketing conjunto, entre outras.



Mapa 2 - Circuitos Turísticos do Estado de São Paulo



Fonte: Secretaria de Turismo de São Paulo, 2015.



4.3. MONGAGUÁ NO ESTADO DE SÃO PAULO

O município de Mongaguá está inserido na Macrorregião Turística Praias e Mata Atlântica, a qual foi subdividida na Região Turística (RT) Costa da Mata Atlântica, onde está localizado o município de Mongaguá.

Mapa 3 - Zoom da Mapa 2, com destaque para MRT Sudoeste Paulista e o município de Mongaguá



Fonte: Adaptado de Secretaria de Turismo de São Paulo, 2015.

O Circuito Turístico da Costa da Mata Atlântica, é composto pelos municípios de Bertioga, Cubatão, Guarujá, Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Praia Grande, Santos e São Vicente, e está localizado na Região Metropolitana da Baixada Santista, a menos de uma hora da Capital do Estado de São Paulo. Um passeio pela Costa da Mata Atlântica é um mergulho nas nossas raízes históricas e no que o Brasil tem de mais privilegiado em termos de áreas de reserva ambiental.



A riqueza natural da região é um claro exemplo de que é possível preservar, e até mesmo recuperar, fauna e flora da região. Além de praias maravilhosas e o contato com a diversidade natural da Mata Atlântica, os turistas que visitam a região conhecem também momentos marcantes da história do Brasil. A Costa da Mata Atlântica oferece ótima infraestrutura para a realização de eventos. A região dispõe de espaços estruturados para eventos e convenções de grande porte, de um parque hoteleiro em franco crescimento e de uma gastronomia diversificada. Nove cidades e múltiplas opções: litoral dinâmico e atraente, história, cultura, lazer, aventura, esportes, artesanato, gastronomia e negócios. Cada um dos municípios que compõem a região possui suas peculiaridades, mas se completam entre si. Por serem próximas umas das outras, as cidades proporcionam ao visitante a possibilidade de passear por toda a região em pouco tempo. Os turistas podem se fixar em qualquer cidade que ofereça a estrutura que procuram, enquanto visitam outras atrações turísticas e buscam diversão em lugares vizinhos. Vale conhecer os encantos do Circuito Turístico da Costa da Mata Atlântica, uma das regiões mais atraentes do País.

II. CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO

5. ASPECTOS HISTÓRICO-CULTURAIS

5.1. HISTÓRICO DO MUNICÍPIO

No século XVI, segundo historiadores, emissários de Martim Afonso de Souza, em suas viagens pelo litoral paulista, paravam em Mongaguá para descansar. Aos poucos, foram surgindo moradores fixos e, conseqüentemente,



as primeiras propriedades. Parte do território atual de Mongaguá situava-se, naquela época, na Capitania de São Vicente e outra na Capitania de Itanhaém.

Em 1.776, o Sítio de Mongaguá foi arrematado em leilão público pelo coronel Bonifácio José de Andrada, pai do Patriarca da Independência, José Bonifácio de Andrada e Silva. A propriedade foi vendida ao padre João Batista Ferreira (1.814) e, posteriormente, a Antônio Gonçalves Nobre (1.847), Manuel Bernardes Muniz (1.851) e a Heitor Peixoto (1.892).

Com a formação da Companhia de Melhoramentos da Praia Grande, em 1.913, cujos principais acionistas eram Fernando Arens Júnior, David Antônio dos Santos, Prudente Correia, Ernesto Diedrichs, Alberto Hugo de Oliveira Caldas e Abílio Smith Camargo. Com Abílio Smith foram criados os loteamentos Jardim Marina, Jardim Aguapeú, Vila Arens, Jardim Caiahu, o Centro de Mongaguá e a Vila Sorocabana. A Companhia de Melhoramentos, porém, não teve êxito maior em seus projetos, pois os paulistas daquela época não demonstraram interesse em passar as férias no litoral.

Após a Segunda Guerra Mundial é que Mongaguá começou a se desenvolver. A construção da rodovia Padre Manoel da Nóbrega, ligando Mongaguá a São Paulo, deu um grande impulso ao crescimento do distrito. Em 24 de Dezembro de 1948 foi criado o Distrito de Mongaguá, pela Lei nº 233. Mongaguá, que pertencia a São Vicente, foi incorporada ao município de Itanhaém.



Com a criação do Distrito de Mongaguá o desenvolvimento no setor comercial teve um grande impulso. Dez anos depois, o movimento de emancipação tomou conta da cidade, sonho quase se torna um pesadelo, pois o IBGE havia publicado, em 1950, que Mongaguá possuía apenas 826 habitantes: 444 homens e 382. Graças à colaboração da Empresa Elétrica de Mongaguá, que tinha o controle das moradias particulares, constatou-se que com a população flutuante da cidade, estavam cadastrados 6.000 habitantes.

Cumprida então as formalidades legais, foi marcado pelo juiz da 119ª Zona, para 7 de dezembro de 1958, o plebiscito determinado pela Assembleia Legislativa de São Paulo. E o desejo da população de Mongaguá foi alcançado com uma votação esmagadora e o plebiscito foi aprovado. Em 31 de Dezembro de 1958 o governador, Dr. Jânio da Silva Quadros, assinou a Lei e Mongaguá foi elevada à categoria de Cidade, pela criação do Município. A data do aniversário de Mongaguá passou a ser comemorada no dia em foi realizado o plebiscito e não na data da elevação à categoria de Município, em 31 de Dezembro de 1958. Em 1977, Mongaguá foi elevada à categoria de Estância Balneária, pela Lei Estadual 1.482, publicada no Diário Oficial, no dia 7 de dezembro de 1977.

Formação Administrativa

Segundo o IBGE (2016a), o distrito foi criado com a denominação de Mongaguá, por Lei Estadual nº 233, de 24 de dezembro de 1948, no Município de Itanhaém (IBGE, 2016).



Segundo as divisões administrativas do Brasil, referentes aos anos de 1949 a 1953, bem como a territorial datada de 30-XII-1953, o Distrito de Mongaguá pertence ao Município de Itanhaém (IBGE, 2016a).

Elevado à categoria de município com a denominação de Mongaguá, por Lei Estadual nº 5285, de 18 de fevereiro de 1959, desmembrado de Itanhaém. Constituído do Distrito Sede Mongaguá e sua instalação verificou-se no dia 01 de janeiro de 1960. Em divisão territorial datada de 01-VII-1960, o município é constituído do Distrito Sede.

Origem do Nome

Até a década de 1940 o núcleo de origem do município era denominado “Praia Grande”. “Mongaguá” era a denominação do rio que atravessa o Centro da cidade. Posteriormente, o nome do rio foi adotado para denominar o distrito e o município.

Consta no livro *Reminiscências de Mongaguá* (de Joaquim Monteiro e Ivone de Almeida Monteiro) que um grupo de moradores, na década de 1950, ao consultar um dicionário da língua guarani, concluíram que Mongaguá significa “lama pegajosa”, sendo uma composição da palavra “mon”, traduzida como lama, com “gaguá”, traduzida como pegajosa.

No livro “Mongaguá História da Minha Vida”, de Marcelo Vidice Dianno, é apresentada a tradução como “enseada de lama pegajosa”, considerando que Mongaguá pode ter origem em composições do tupi-guarani: “mong” (= pegajoso) + “ayuá” (= lama); ou de “monga”(= lama pegajosa) + “guá” (=enseada); ou ainda de “monga”(=lama pegajosa) + “kûa (=enseada).



Considera que o significado desta composição é decorrente da existência de areia fofa e grudenta no leito original do rio, que apresentava diversas fozes.

No Dicionário Tupi-guarani, Silveira Bueno aponta que a origem do nome decorre da palavra Munguaguá, apontando como significado “montanhas que vão ao mar”. Esta denominação seria decorrente da proximidade entre a Serra do Mar e o mar, a menor distância existente de São Sebastião para o sul, onde hoje está a região central do município.

5.2. SÍMBOLOS MUNICIPAIS

5.2.1. Brasão

O Brasão de Armas do município de Mongaguá foi criado mediante a um concurso realizado pelos vereadores João Dias de Oliveira e Dina Belli da primeira Legislatura da Câmara Municipal de Mongaguá, em 1960 houve um concurso para a criação do Brasão Municipal. O projeto vencedor foi o do português Antônio Martins Araújo, portanto sendo este, o criador do Brasão Municipal de Mongaguá.

Figura 1 - Brasão de Mongaguá





Fonte: Câmara Municipal de Mongaguá, 2016.

O Brasão consiste em um escudo moderno português ao centro com uma coroa mural acima deste com o milésimo 1959. De cada lado do escudo uma bananeira frutificada em suas cores naturais. No interior do escudo três morros representando a Serra do mar de onde nasce o Rio Mongaguá. Logo abaixo uma estrela do mar com dois peixes voltados para esta, além de duas ondas, em representação ao mar. Abaixo do escudo um listel com duas volutas, em uma delas a palavra MONGAGUÁ e na outra o lema latino: E PLURIBUS UNUM, ou seja: Dentre muitos, um.

5.2.2. Bandeira

A Bandeira de Mongaguá foi instituída e hasteada pela primeira vez em cinco de janeiro de 1960 pelo primeiro Prefeito de Mongaguá: José Cesário Pereira Filho.

Consiste o Pavilhão Municipal em um pano azul celeste em formato retangular, na proporção 100 X 80 cm contendo no centro o Brasão Municipal.

É obrigatório o seu hasteamento no edifício da prefeitura Municipal e na Câmara Municipal de Mongaguá, sempre acompanhada da Bandeira Nacional e da Bandeira Estadual.

Figura 2 - Bandeira de Mongaguá





Fonte: Câmara Municipal de Mongaguá, 2016

5.3. ORGANIZAÇÃO POLÍTICA

No período compreendido entre os anos de 2017 e 2020, o mandato de Prefeito do Município de Mongaguá é ocupado pelo Sr. Artur Parada Prócida, e o de Vice-Prefeito pelo Sr. Márcio Melo Gomes. A sede da Prefeitura Municipal localiza-se na Avenida Getúlio Vargas, 67 - Centro, no edifício denominado Paço Municipal Rui Barbosa, e seu telefone para contato é (13) 3445-3000.

A Câmara Municipal de Mongaguá é presidida pelo Rodrigo Cardoso Biagioni, o vice-presidente é o Sr. Carlos Silva Santos Neto, o 1º secretário é o Sr. Carlos Jacó Rocha e o 2º secretário é o Sr. Alex Marcelo dos Santos.

Tabela 5 - Vereadores do Município de Mongaguá

Poder Legislativo	
Vereadores	Carlos Silva Santos Neto
	Guilherme D'Avila Prócida
	Rodrigo Cardoso Biagioni
	Claudio Arena
	Sérgio Silvestre Rodrigues
	Alex Marcelo dos Santos
	José Pedro Faccina
	Carlos Jacó Rocha
	Aurivaldo José dos Santos
	Daniel Soares da Silva
	Luciano Lara Vieira



	Luiz Berbiz de Oliveira
	Antônio Eduardo dos Santos

Fonte: URBATEC, 2017.

5.4. LEGISLAÇÃO PERTINENTE

5.4.1. Conselho Municipal de Turismo

A Lei 1757/97, de 31 de outubro de 1997, instituiu a criação do Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), que é um órgão de caráter consultivo, normativo e paritário, para o assessoramento do Município em questões referentes ao desenvolvimento do turismo na cidade. O COMTUR será constituído 6 membros, designados pelo prefeito e escolhidos pelos cidadãos da comunidade, e que tenham interesse pelo desenvolvimento turístico da cidade de Mongaguá, por um mandato de 02 anos. O conselho tem como competência diagnosticar e manter atualizado o cadastro de informações de interesse turístico, programar e executar amplos debates sobre os temas de interesse, formular diretrizes básicas, entre outros.

5.4.2. Criação do FUMTUR – Fundo Municipal do Turismo

A Lei Municipal nº 2.454/11, de 03 de março de 2011, institui que o FUMTUR com o objetivo de captar e repassar recursos para o Conselho Municipal de Turismo – COMTUR. Além disso, os recursos do fundo irá destinar-se a incentivar eventos, fornecer meios para a participação do município em eventos relacionados ao turismo, custear despesas com



pesquisas e trabalho que visem aprimorar o turismo, custear a confecção de materiais oficiais, contribuir em campanhas institucionais, contratar serviços especializados temporários, melhorar a infraestrutura e zelar pela existente. O fundo não poderá conceder subvenção a entidades, mesmo que sejam ligadas ao turismo.

6. LOCALIZAÇÃO E ACESSOS

Mongaguá é um município do estado de São Paulo, localizado na Região Metropolitana da Baixada Santista, na Mesorregião de Litoral Sul Paulista e na Microrregião de Itanhaém. A extensão territorial do município é de 143,171 km², possui latitude de 24°05'35''S e longitude de 46°37'15''W, estando a uma altitude de 18 metros em relação ao mar.

Mapa 4 - Localização de Mongaguá



Fonte: G1, 2016.



A Mesorregião do Litoral Sul Paulista é uma das 15 mesorregiões do Estado de São Paulo e é constituída por 17 municípios, divididos em 02 microrregiões: Itanhaém e Registro.

Mongaguá faz parte da Microrregião de Itanhaém, juntamente com os municípios de Itanhaém, Itariri, Pedro de Toledo e Peruíbe. O município de Mongaguá faz divisa com os seguintes municípios (Mapa 4): Itanhaém, Praia Grande e São Vicente.

Considerando o seu posicionamento geográfico, Mongaguá tem distância das principais cidades:

Tabela 6 - Distâncias cidades em relação à Mongaguá

Município	Distância (km)
Itanhaém	20
Praia Grande	25
São Vicente	30
Cubatão	37
Peruíbe	51
Santos	43
Campinas	190
São Paulo	90

Fonte: URBATEC, 2017.

Os principais acessos pelo modal rodoviário podem ser feito via terrestre pelas rodovias SP-055 (Rodovia Padre Manoel da Nobrega).

Os aeroportos mais próximos ao município são: Aeroporto de Itanhaém, a Base Aérea de Santos 38,7 km, o Aeroporto de Congonhas 53 km e o Aeroporto Internacional de Cumbica 125,8km.



A empresa de transporte rodoviário que atendem o município é a Viação Breda saindo do Terminal Jabaquara – São Paulo.

7. ASPECTOS NATURAIS

Os aspectos naturais envolvem os componentes naturais responsáveis por compor a paisagem do município, como a vegetação, clima, hidrologia e relevo (geologia, geomorfologia, pedologia).

7.1. GEOLOGIA

A evolução geológica do litoral paulista foi condicionada por dois conjuntos de fenômenos, com distintas escalas temporais. O primeiro está ligado ao soerguimento da Serra do Mar e subsequente subsidência da Bacia de Santos, relativos às reativações tectônicas ocorridas no final do Cretáceo (Almeida, 1976). O segundo é relacionado às variações do nível do mar durante o Quaternário. No litoral paulista, Suguio & Martin (1978) registraram a existência de dois eventos transgressivos- regressivos denominados de Cananéia e Santos, com idades relativas ao máximo transgressivo de 120.000 e 5.100 AP respectivamente.



Esta evolução geológica determinou a geomorfologia da linha de costa paulista e da plataforma continental adjacente. A ilha de São Sebastião é considerada o principal marcador geomorfológico tanto da linha de costa como da plataforma continental interna. Nesta região, ocorre uma mudança na direção geral da linha de costa, de NE- SW ao sul da ilha de São Sebastião para E-W ao norte. Na porção ao sul da Ilha de São Sebastião, a plataforma continental possui isóbatas equidistantes e paralelas à linha de costa, até a região próxima da isóbata de 100 metros. Sua composição é predominantemente arenosa. Na direção norte, a partir da ilha de São Sebastião, este comportamento se altera, tornando-se bastante irregular, com um aumento da declividade na plataforma interna, próximo à ilha. As isóbatas se distribuem com espaçamento variável apresentando estreitamento e aumento da declividade na plataforma, sobretudo entre as profundidades de 80 e 110 metros. A maior complexidade do relevo submarino favorece a deposição de lamas (Zembruscki, 1979).

A configuração das isóbatas indica, também, a existência de vários canais e vales submarinos que cortam a plataforma continental, destacando-se os canais Cananéia, Queimada Grande, São Sebastião e Búzios (Zembruscki, 1979).

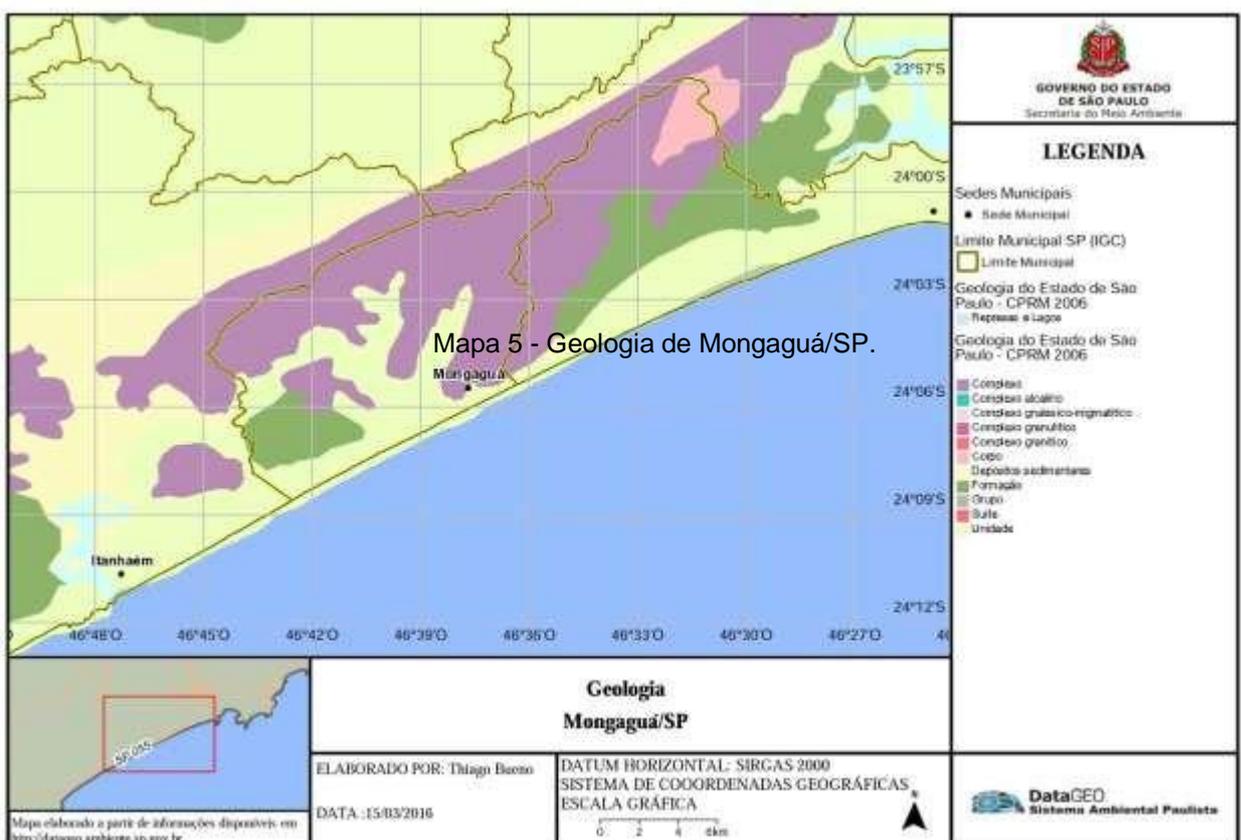
Estas feições foram desenvolvidas em nível de mar mais baixo e apresentam expressão no fundo marinho atual. Já a costa é marcada pela existência do alinhamento oblíquo da Serra do Mar e por planícies sedimentares quaternárias individualizadas sendo estas maiores na porção sul do litoral. Esta configuração da costa paulista permitiu a compartimentação em dois setores distintos, sul e norte. A porção sul, que se estenderia da Ilha Comprida até a Praia Grande, seria então caracterizada pela presença de praias extensas, contínuas, retilíneas existentes em grandes planícies costeiras. A porção norte entre a Ilha de São Sebastião até Ubatuba seria caracterizada por uma costa recortada (devido à proximidade da Serra do Mar), com a presença de diversas baías e enseadas e também de praias de



pequenas dimensões (também conhecidas como praias de bolso) e orientações.

O trecho entre Santos e Ilha de São Sebastião apresenta características de ambos os segmentos, sendo considerada como uma zona de transição entre estes. Os sistemas de drenagem do litoral paulista estão limitados a maior ou menor distância da Serra do Mar, sendo a bacia do rio Ribeira de Iguape a mais extensa. As demais bacias hidrográficas de expressão regional seriam: Uma do Prelado, Itanhaém, Itapanhaú e Juqueriquerê. Características originais destas bacias de drenagem mostram-se, muitas vezes, alteradas, em decorrência da atividade minerária e do processo de ocupação. Estudos sobre características hidráulicas destes rios são bastante raros, exceto aqueles correspondentes ao rio Ribeira de Iguape. Alguns estudos mostram correlações entre as vazões dos rios e a pluviosidade local. A classificação mais recente da costa paulista foi efetuada por Ponçano et al. (1999), que indicaram a existência de cinco grandes compartimentos: Cananéia a Praia Grande, Santos a Bertioga, Bertioga a Toque-Toque, Toque-Toque a Tabatinga e Tabatinga a Picinguaba.

Esta compartimentação foi baseada no estudo das praias, e considerou





ainda os indicativos de tendências resultantes de deriva litorânea que representam a somatória de processos sedimentares ao longo de dezenas de anos nesta costa. Esta classificação da costa paulista é ainda bastante coincidente com a distribuição espacial das principais bacias hidrográficas do litoral.

Segundo o Mapa Geológico de Mongaguá/SP há o predomínio da formação geológica, denominado Complexo Costeiro, com unidades de gnaisses bandados (NPccgb), formados no período Proterozóico com predomínio de rochas metamórficas, representado no mapa pela coloração roxa. Outro domínio geológico existente no município, representado pela coloração verde, trata-se da formação Cananéia (Q1cn) do período Cenozóico, caracterizado por depósitos de areia, argila, argilito siltico e siltitos arenosos com predomínio de rochas sedimentares.

7.2. GEOMORFOLOGIA

Geomorfologicamente, o litoral paulista está contido na unidade Província Costeira definida por Almeida (1964), IPT (1981) e Ross & Moroz (1997). A Província Costeira é subdividida nas subzonas Serrania Costeira e Baixada Litorânea, sendo que cada subzona possui características geomorfológicas próprias, refletindo as condições genéticas ligadas ao arcabouço tectônico.

Este compartimento é composto pelas praias situadas nas planícies costeiras de Itanhaém e Praia Grande. A planície costeira de Itanhaém apresenta direção aproximada de N50°E e dimensões máximas de 40 quilômetros de comprimento por cerca de 15 quilômetros de largura. Trata-se, na verdade, de uma planície costeira intercalada por morros cristalinos com diferentes faixas de sedimentação, entre o sopé da Serra do Mar e a linha de



praias retilíneas. (Sant'Anna Neto, 1990). As praias apresentam características dissipativas, sendo extensas, planas, compostas por areias finas a muito finas e com larga zona de arrebentação. Neste compartimento as praias são, em geral, estáveis, regidas por uma resultante geral do transporte sedimentar rumo nordeste.

Este compartimento engloba as planícies costeiras de Itanhaém e da Praia Grande. A configuração desta planície aproxima-se de uma semi-elipse, sendo o arco dado à nordeste (NE) pelo Esporão de Mongaguá, a norte e noroeste (N e NW) por trechos da Serra do Mar e a sudoeste (SW) pelo Maciço de Itatins-Juréia. A corda da semi-elipse é dada pelo Oceano Atlântico.

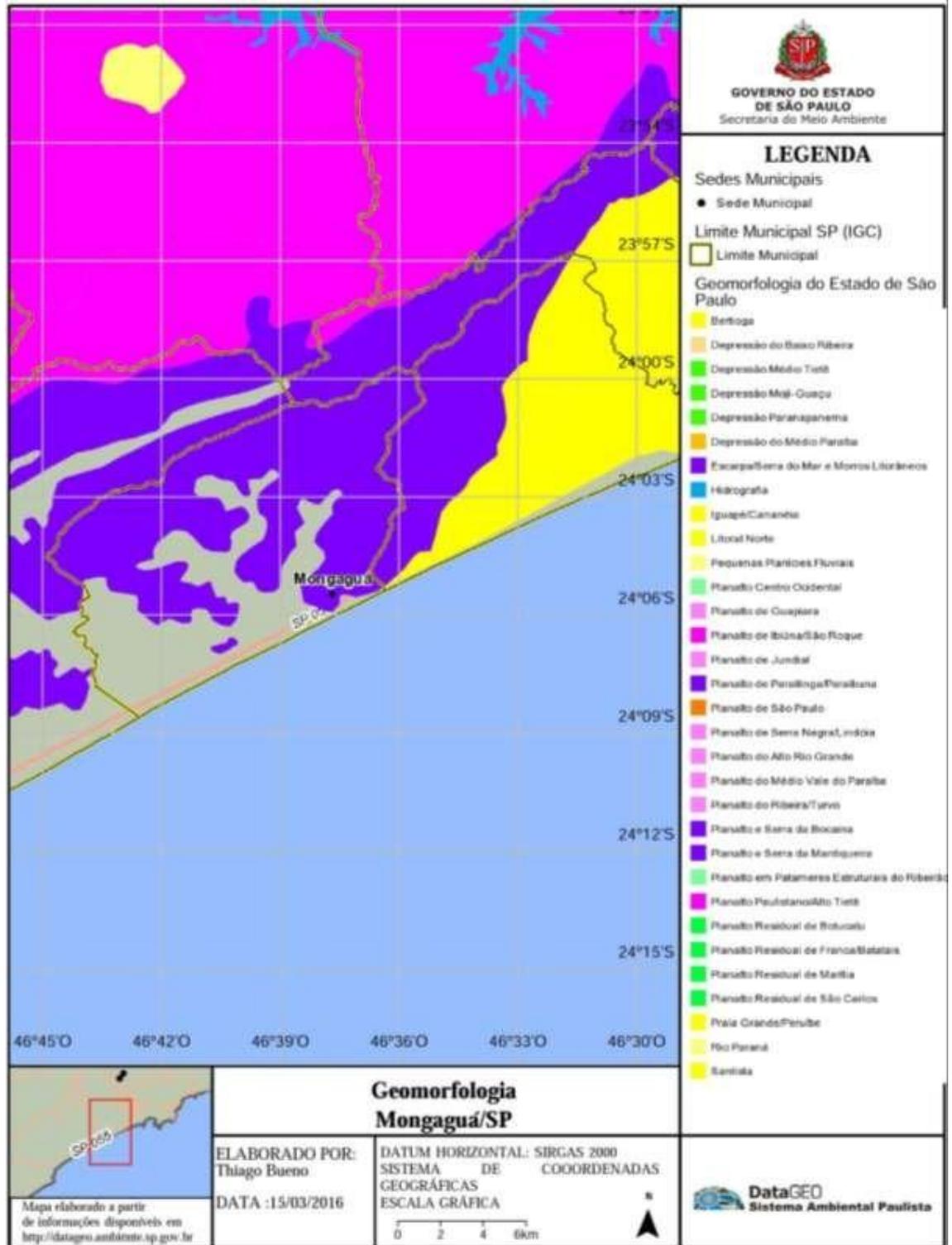
O relevo da Serra do Mar e sua disposição leste-oeste constituem um obstáculo para as frentes de baixo declive, que ocorrem, normalmente, durante a primavera e o verão, contribuindo para uma maior ocorrência de frentes estacionárias (Sant'Anna Neto, 1990). Há uma diminuição progressiva das precipitações em direção a Serra do Itatins, que desvia parte dos fluxos polares, criando uma zona de sobra de chuvas na região de Peruíbe e Itanhaém. O distanciamento progressivo das vertentes serranas também contribui para a diminuição da pluviosidade neste compartimento que possui média pluviométrica anual entre 1750 a 2250 mm. Essa alternância na atuação das massas de ar faz com que exista uma alternância entre o sentido geral de transporte costeiro nos dois setores deste compartimento. Na maior parte do ano, o sentido predominante de transporte é rumo SW fato este corroborado por Araújo (2000), mas segundo Ponçano et al. (1999) e Cazzoli y Goya & Tessler (2000) a resultante geral do transporte sedimentar é rumo NE, devido à ação mais rara, porém mais intensa, dos sistemas polares. Esta configuração meteorológica-oceanográfica, aliada à ausência de obstáculos ao transporte sedimentar na zona costeira, resultou na construção de praias extensas, planas, retilíneas, constituídas predominantemente por areias finas e muito finas, com características dissipativas (segundo a classificação de Wright & Short; 1983).



Estas praias apresentam bastante mobilidade de sedimentos entre os setores emerso e submerso, porém de modo geral podem ser consideradas estáveis sem predomínio de processos erosivos/ deposicionais. Este quadro geral é quebrado em caráter pontual, devido a alterações impostas pelas fozes dos rios Peruíbe e Itanhaém, obstáculos naturais como a Pedra dos Jesuítas, Morro do Paranambuco e a ponta de Itaipu, e ainda obras de engenharia situadas na região praial como a Plataforma Marítima de Pesca e o molhe na foz do rio Mongaguá.

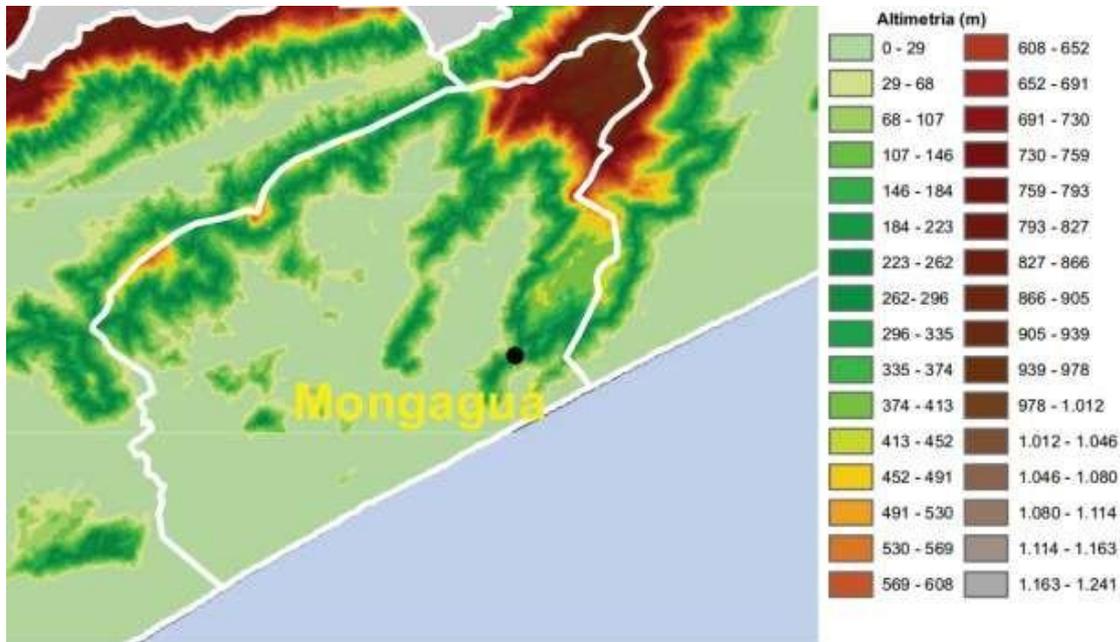
Em síntese, o município de Mongaguá apresenta como geomorfologia Escarpas e/ou Serras do Mar e Morros Litorâneos, assim como as planícies litorâneas (Mapa 6). No mapa 7 verifica-se a altimetria do município de Mongaguá/SP e sua relação com a geomorfologia.

Mapa 6 - Geomorfologia de Mongaguá/SP.





Mapa 7 - Altimetria de Mongaguá/SP.



Fonte: Adaptado do Plano Regional Integrado de Saneamento Básico para a UGRHI 7 (dezembro/2010).

Na Serra do Mongaguá registram-se topos arredondados, escarpas de linha de falha, afloramento rochoso e linhas de cumeada abruptas de grandes extensões. Concavidades nas vertentes predominam nesta área e vertentes retilíneas são encontradas com grande frequência.

No setor de Planície Quaternária foram identificadas áreas de sedimentação recente, a saber (Souza e Cunha, 2012):

- Acumulação Marinha (Am) formada por sedimentos predominantemente arenosos depositados por ação da deriva litorânea, marés e ondas. As áreas de Acumulação Marinha (Am) apresentam interesse turístico ao município, já que abrigam as praias de uso coletivo.

- Acumulação de Terraços Marinhos em dois níveis (Atm I e Atm II), situada acima do nível do mar e composta por sedimentos arenosos. As áreas



de acumulação de terraço marinho (Atm I e Atm II) apresentam forma plana, com leve inclinação para o mar e ruptura de declive em relação à acumulação marinha atual. Campos de dunas são encontrados nos dois níveis de terraços, sendo que alguns destes campos estão arrasados pela urbanização, restando somente vestígios do retrabalhamento das areias pelo vento. A transição entre Atm II e Atm I é marcada pela presença de uma ruptura topográfica, ou seja, há uma mudança nítida de um nível de terraço para outro. A presença da rodovia Padre Manuel da Nóbrega na passagem do Atm II para o Atm I dificulta precisar os limites entre estes devido a sua construção ser realizada sobre aterros que distorcem a topografia.

- Acumulação de Planície e Terraço Fluvial (Aptf), formada por sedimentos transportados pela ação das águas fluviais. As áreas de acumulação de planície e terraço fluvial (Apft) ocorrem com maior intensidade no interior do continente, margeando os rios.

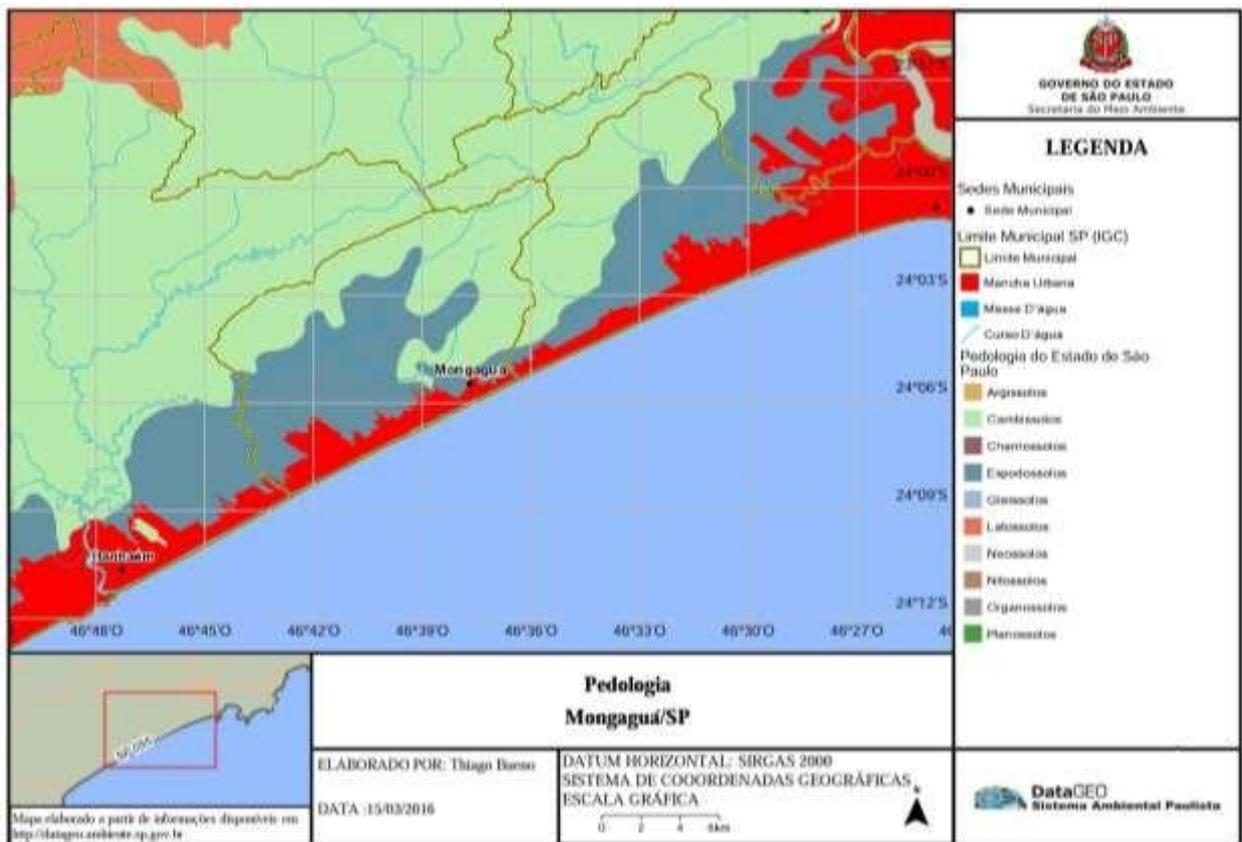
- Acumulação de Planície Flúvio-Marinha (Apfm), caracterizadas como terrenos baixos com lamas de depósitos recentes, sujeitos as inundações das marés. Na transição entre cristalino e sedimentar estão as Rampas de Colúvio (Rc), constituídas de material transportado da Serra do Mar pela força da gravidade, com o auxílio do escoamento superficial. A partir das características descritas acima, constata-se que o município apresenta dois setores distintos: Sistema Serrano e Planície Quaternária ou Costeira. Apesar da diversidade de processos ocorrentes, deve-se considerar que estes sistemas estão inter-relacionados através da troca de energia e matéria de forma contínua.



7.3. PEDOLOGIA

A Planície Costeira é formada por sedimentos datados do Período Quaternário. Através da análise dos dados de Suguio e Martin (1978) apud Souza e Cunha (2012), verifica-se que há um predomínio de areias marinhas litorâneas na Planície Quaternária, com ocorrência de areias marinhas

Mapa 8 - Pedologia de Mongaguá/SP



litorâneas trabalhadas em superfície pelo vento e presença de antigas linhas de restinga.



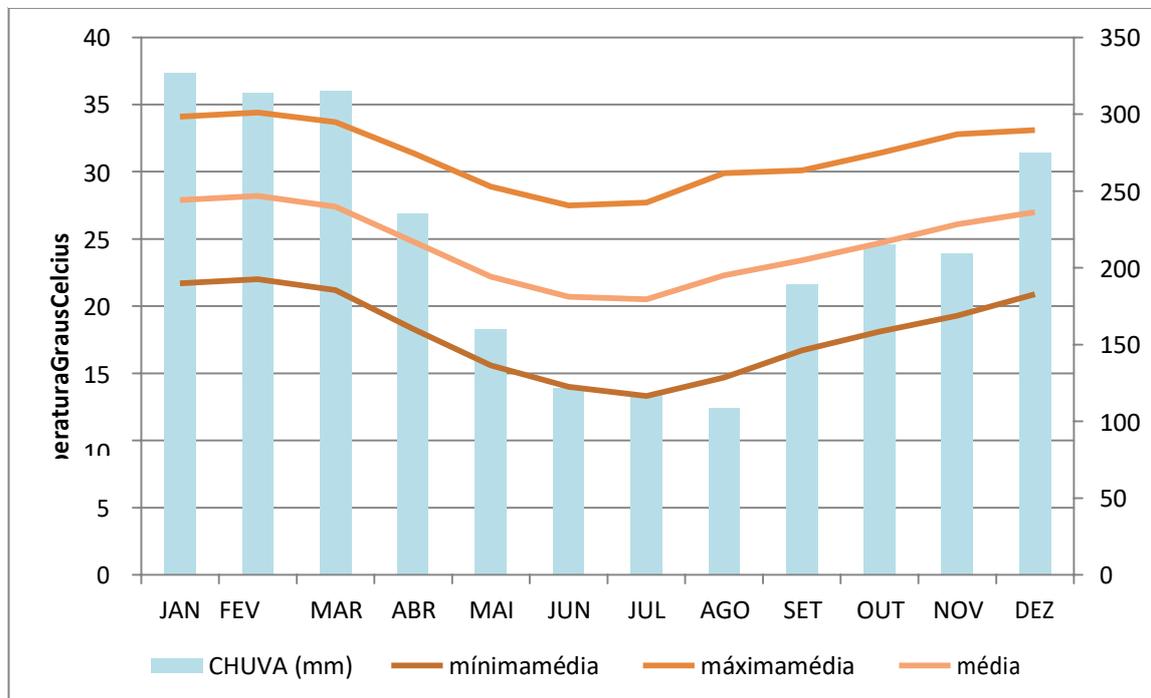
Conforme dados fornecidos pela Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo, apresentados no mapa 8 a pedologia de Mongaguá/SP apresenta o predomínio de Cambissolos na área da serra/escarpa do Mar e Espodossolos na área da planície litorânea. Ainda segundo Souza e Cunha (2012), os tipos de solos existentes no município são Cambissolos Háplicos (Serra/Escarpa) e Espodossolos ferrocárbicos.

7.4. CLIMA

O Estado de São Paulo, devido a sua posição latitudinal, acaba sendo o palco de um complexo jogo de atuações de ventos dos sistemas tropicais (oriundos do Anticiclone Tropical do Atlântico – ATA) e de ventos dos sistemas polares (oriundos dos Anticiclones Polares Migratórios – APM), além dos fenômenos frontológicos. Segundo a classificação climática de Köppen o município de Mongaguá/SP está no domínio climático Af, que caracteriza-se como subtropical úmido. A distribuição de chuvas compreende o período primavera – verão. No inverno, as regiões abrigadas são as que mais se ressentem da redução da pluviosidade. O clima da RMBS (Região Metropolitana da Baixada Santista) é influenciado por massa de ar tropical atlântica, com características quente e úmida, e por massa de ar polar atlântica, fria e úmida. O confronto destas duas massas de ar na estação do verão, junto com os fatores climáticos da Serra do Mar, produz grande instabilidade, traduzida em elevados índices pluviométricos, colocando a região entre as áreas onde mais chove no Brasil. O clima é tropical chuvoso, sem estação seca e com a precipitação média do mês mais seco superior a 60mm, conforme classificação Af de Koeppen (Gráfico 6).



Gráfico 6 - Precipitações médias mensais e temperaturas.



Fonte: http://www.cpa.unicamp.br/outras-informacoes/clima_muni_351.html

Os dados apresentados na figura anterior frente ao comportamento climático do município de Mongaguá/SP quanto a pluviometria e a temperatura média, com base numa série histórica, estão apresentados na tabela à seguir.



Tabela 7 - Série Histórica Climática de Mongaguá.

Classificação Climática de Koeppen:Af				
MÊS	TEMPERATURA DO AR (C)			CHUVA (mm)
	mínima	média	máxima	
JAN	21,7	34,1	27,9	326,6
FEV	22	34,4	28,2	313,8
MAR	21,2	33,7	27,4	315,3
ABR	18,3	31,4	24,8	235,5
MAI	15,6	28,9	22,2	160
JUN	14	27,5	20,7	121,8
JUL	13,3	27,7	20,5	117,8
AGO	14,7	29,9	22,3	108,6
SET	16,7	30,1	23,4	189,3
OUT	18,1	31,4	24,7	215,7
NOV	19,3	32,8	26,1	209,4
DEZ	20,9	33,1	27	275,1
Média				
Ano	18	31,2	24,6	2588,9
Min	13,3	27,5	20,5	108,6
Max	22	34,4	28,2	326,6

7.5. HIDROLOGIA

A rede hidrográfica da RMBS está dividida em 21 sub-bacias e os principais cursos d'água são: rios Cubatão, Mogi e Quilombo ao centro; rios Itapanhaú, Itatinga e Guaratuba ao norte; e, rios Branco, Preto e Itanhaém, ao



sul. Os cursos naturais dos rios Guaratuba, em Bertioga, e Capivari, em Itanhaém, que possuem suas nascentes nas encostas da Serra do Mar, são revertidos através de represamentos e bombeamentos para o planalto, com o intuito de incrementar o abastecimento de água da Região Metropolitana de São Paulo. Em contrapartida, as águas do Rio Tietê são revertidas à Baixada Santista, através do sistema Pinheiros/Reservatório Billings, pois, após serem utilizadas na geração de energia elétrica na Usina Henry Borden, são lançadas no Rio Cubatão, principal manancial que atende ao abastecimento das cidades de Santos, Cubatão, São Vicente, e parcela de Praia Grande, assim como às atividades industriais do pólo de Cubatão.

Nas demais áreas, as drenagens são de caráter temporário, aflorando de acordo com a variação da pluviosidade e da ação da cunha salinha no lençol freático local. As praias de ambas as planícies são contíguas onde podemos delimitar dois setores separados entre si por afloramentos do Embasamento Cristalino próximos da foz do Rio Itanhaém. O primeiro setor abrange as praias entre a foz do rio Peruíbe e a foz do Rio Itanhaém e o segundo, o segmento praial entre a foz do rio Itanhaém e a Ponta do Itaipú. Em termos meteorológicos, este compartimento tem participação mais equilibrada dos sistemas tropicais e polares com domínio entre estes sendo variável de um ano para outro.

As nascentes da Baixada Santista encontram-se na vertente marítima da Serra do Mar e Planície Litorânea ou Costeira, e após vencer desníveis variando entre 700 e 1.175 m (pontos mais “baixos” da escarpa da Serra do Mar, em Paranapiacaba, e mais elevado, com um pico igualmente na divisa com Santo André, na RMSP), seus rios conformam planícies flúvio-marinhas, drenam manguezais e deságuam no oceano ou em canais estuarinos.

A riqueza hídrica da região metropolitana está diretamente relacionada à altura pluviométrica anual elevada, alcançando mais de 2.500 mm/ano em alguns pontos, mas é limitada pelas áreas das bacias hidrográficas. Logo, aumentando a demanda pelos recursos hídricos é possível que em algum



horizonte ainda não determinado a competição pelos usos se acentue, ocasionando a busca por soluções não convencionais para obter água potável.

Os principais cursos d'águas do município de Mongaguá: Rio Mongaguá, Rio Aguapeú, Rio Mineiro e Rio Bichoró, além de seus afluentes e riachos menores.

Mapa 9 - Hidrografia de Mongaguá/SP.



Fonte: Adaptado do Plano Regional Integrado de Saneamento Básico para a UGRHI 7 (dezembro/2010).

7.6. COBERTURA VEGETAL E FAUNA

As condições climáticas, aliadas aos aspectos litológicos e pedológicos influenciam no crescimento de três formações vegetais importantes e distintas no município: a Mata Atlântica, presente nas encostas íngremes da Serra do Mar e no Maciço Isolado, conservada pela presença da Unidade de Conservação: o Parque Estadual Serra do Mar (Decreto Estadual nº 10.251, de 30/08/1977). A mata de restinga se estende sobre o solo arenoso da Planície



Quaternária ou Costeira; e os manguezais sobre o solo lodoso da planície flúvio-marinha.

A Floresta Ombrófila Densa Submontana caracteriza-se por ocupar terrenos de altitudes ente 50 e 500 metros e apresentar árvores de alto porte e com alturas aproximadamente uniformes. Ocupa áreas de solos relativamente profundos das encostas, com sub-bosque formado por plântulas de regeneração natural, poucos arbustos e herbáceas, palmeiras de pequeno porte e lianas. Os ecotipos, também, variam influenciados pelo posicionamento dos ambientes de acordo com a altitude. Algumas das espécies características desta região são: *Alchornea triplinervea* (tapiá), *Schizolobium parahyba* (guapuruvu - ocupa o dossel superior da floresta), *Vochysia bifalcata* (guaricica - espécie característica da Floresta Ombrófila Densa das terras baixas e submontanas, ocupando o estrato superior e intermediário, sendo abundante e frequente).

A Floresta Ombrófila Densa de Terras Baixas situa-se em terrenos com altitude variando de 0 a 50 metros. Ocupa, em geral, as planícies costeiras, capeadas por tabuleiros pliopleistocênicos. Esses tabuleiros apresentam florística típica, caracterizada pelos gêneros *Ficus*, *Alchornea*, *Tabebuia* e pela *Tapirira guianensis*.

A composição florística e estrutura da Floresta Ombrófila Densa de Terras Baixas são, geralmente, condicionadas pela drenagem e fertilidade do solo. A espécie da família *Bignoniaceae* (família naturalmente distribuída em regiões tropicais e subtropicais), e a *Tabebuia cassinoides* (caxeta) são características de depressões suaves e margens de rios da planície litorânea sujeitas à inundação permanente.

A Formação Arbórea/Arbustiva-Herbácea Essa formação vegetal agrupacomposição florística diversificada, variando de espécies de porte arbóreo, aarbustivas e herbáceas. Nesta classificação de enquadra o Mangue - Formação Arbórea/Arbustiva-Herbácea de terrenos marinhos lodosos O manguezal é uma comunidade de ambiente salobro, situada na



desembocadura de rios e regatos do mar, onde, nos solos limosos, cresce uma vegetação especial, adaptada à salinidade das águas (IBGE, 1991). As dunas interiores que separam as planícies costeiras do mar são como diques que impedem o escoamento para o mar da água doce que desce das serras. Essa água então se acumula por trás das dunas, em depressões que podem estar sujeitas às marés. A água do mar aí retida mistura-se com a água doce, constitui-se, assim, o ambiente dos manguezais. As condições predominantes mais características são: solo alagado, movediço, pouco arejado e com alta salinidade. Essas condições são muito severas para as plantas e por isso somente poucas espécies são simultaneamente tolerantes a todas elas. Assim, em todas as regiões tropicais do mundo, onde quer que ocorra litoral limoso, ele é ocupado por vegetação de manguezal.

Entre as características típicas de manguezais, duas funcionam como fatores essenciais condicionantes à vegetação: o elevado teor salino e o mau arejamento do solo que implica a escassez de oxigênio. Assim sendo, elimina-se a possibilidade de ocorrência de uma flora rica. Três gêneros de angiospermas são características de um manguezal brasileiro típico: *Rhizophora*, *Avicennia* e *Laguncularia*. O gênero *Laguncularia* é representado por uma única espécie em toda a costa brasileira: *L. racemosa*. O gênero *Rhizophora* representado por duas espécies *R. racemosa*, na maior parte dos manguezais litoral brasileiro, e *R. mangle*, no limite sul da distribuição dos manguezais brasileiros. No gênero *Avicennia* destacam-se *A. tomentosa* e *A. nitida*. Conforme o predomínio da espécie vegetal, o manguezal recebe nomes distintos, como: manguê-vermelho (*R. mangle*), manguê-siriúba (*A. schaueriana*) e o manguê-branco (*L. racemosa*). Nestas espécies é possível constatar diferentes adaptações, como as raízes escora e sementes lanceoladas em *R. mangle*; raízes aéreas (pneumatóforos) e glândulas de sal na face foliar inferior em *A. schaueriana*; e sistema radicular amplo e superficial (raízes nutritivas) em *L. racemosa*.

Já a Vegetação de várzea - Formação Arbórea/ArbustivaHerbácea de região de várzea abrange comunidades vegetais das planícies aluviais que



refletem os efeitos das cheias dos rios nas épocas chuvosas ou, então, das depressões alagáveis todos os anos. Nesses terrenos aluvionares, as comunidades vegetais se distribuem conforme a quantidade de água empoçada e ainda o tempo que ela permanece na área. Nos brejos (áreas permanentemente alagadas), o gênero cosmopolita *Typha* (taboa) fica confinado a um ambiente especializado, diferente dos gêneros *Cyperus* e *Juncus* que são exclusivos das áreas pantanosas dos trópicos.

Nas planícies alagáveis mais bem drenadas ocorrem comunidades campestres, e os gêneros *Panicum* e *Paspalum* dominam em meio ao gênero *Thalia*. Nos terraços mais enxutos dominam os gêneros *Acacia* e *Mimosa*, juntamente com várias famílias pioneiras, tais como: *Solanaceae*, *Compositae*, *Myrtaceae* e outras de menor importância sociológica.

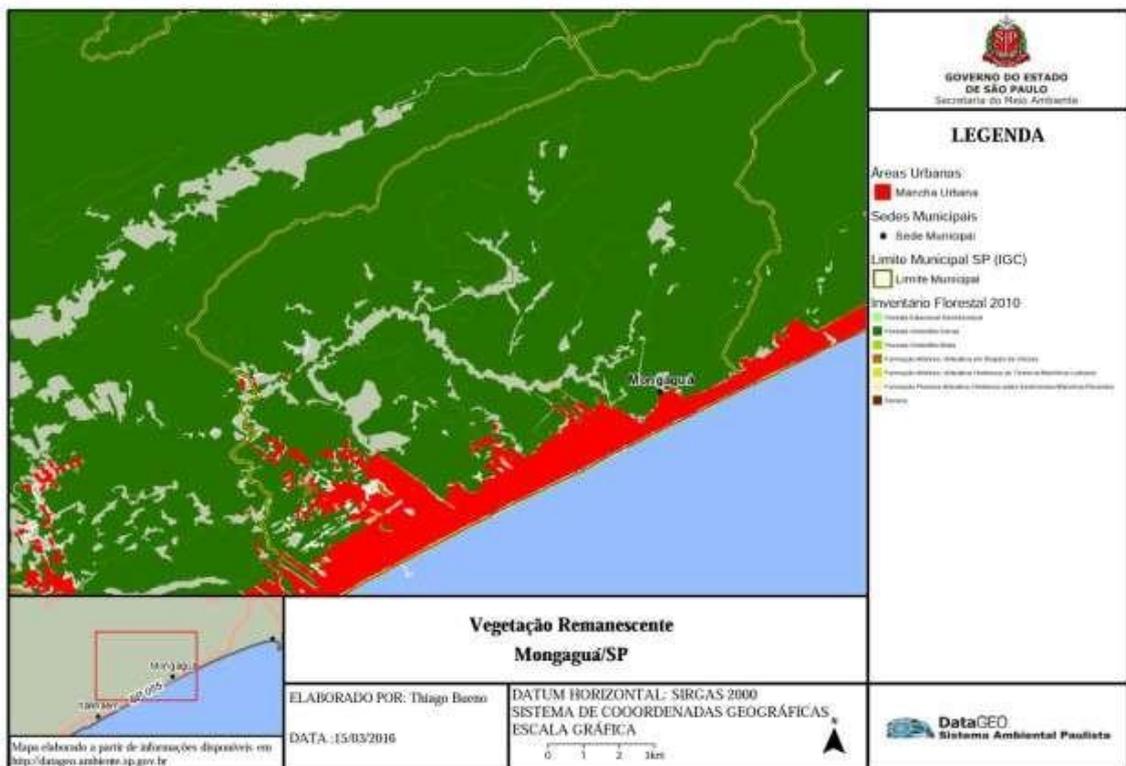
Com relação à Restinga, Formação Arbórea/Arbustiva-Herbácea de terrenos compostos por sedimentos marinhos recentes, as comunidades vegetais que recebem influência direta das águas do mar apresentam-se como gêneros característicos das praias: *Remirea* e *Salicornea*. São caracterizadas por plantas escandentes e estoloníferas que atingem as dunas, contribuindo para fixá-las. Nas dunas, a comunidade vegetal apresenta-se dominada por árvores e arbustos de pequeno porte, onde o *Schinus terebinthifolius* (aroeira-mansa) e a *Lythraea brasiliensis* (aroeira-brava) imprimem a ela um caráter lenhoso. Destacam-se também os gêneros *Erythroxylon*, *Myrcia*, *Eugenia* e outros. As diferentes espécies vão sucedendo à medida que se caminha do mar para o interior. Nas dunas da praia a vegetação é formada principalmente por plantas herbáceas com caules longos e flexíveis que se arrastam pela areia. Atrás delas, aparece uma vegetação mais densa (jundu), formada por moitas que se transformam em árvores cada vez mais altas conforme se distancia do mar. São comuns nessa faixa as bromélias, os cactos e outros arbustos. Em alguns locais, atrás dessa floresta seca, pode surgir uma região mais alagada, os brejos ou lagunas, onde predominam as plantas aquáticas.

A vegetação de Mata Atlântica sustenta-se sobre Cambissolos Háplicos, caracterizados pela pequena profundidade (1,5 metros) (OLIVEIRA, 1999).



Segundo São Paulo (1997), para a estabilidade das vertentes é necessária a manutenção da cobertura vegetal, pois a presença desta amortece a ação direta dos agentes intempéricos, principalmente as águas das chuvas, minimizando processos erosivos que podem resultar em escorregamentos.

Mapa 10 - Vegetação remanescente em Mongaguá/SP.





Mapa 11 - Unidades de Conservação em Mongaguá/SP.



Fonte: Adaptado do Plano Regional Integrado de Saneamento Básico para a UGRHI 7 (dezembro/2010).

Com relação à fauna no município, as áreas com fisionomias florestal da formação de restinga formam uma importante zona de pouso, alimentação, reprodução, dormitório e migração de aves florestais endêmicas e ameaçadas de extinção, como a saíra-peruviana (*Tangara peruviana*), o papagaio-de-cara-roxa (*Amazona brasiliensis*) e o sabiá-pimenta (*Carponis melanocephala*), além de fornecerem habitats para outras aves, como guaxe (*Cacicus haemorrhous*), choquinha-cinzenta (*Myrmotherula unicolor*), jaó-do-sul (*Crypturellus noctivagus*), saracura-trêspotas (*Aramides cajanea*), e alguns mamíferos, como micoleão-caiçara (*Leontopithecus caissara*), queixada (*Tayassu pecari*), bugio (*Alouatta fusca*) e o mono-carvoeiro (*Brachyteles arachnoides*). As áreas de várzeas e campo úmido são importante zona de pouso, alimentação, reprodução, dormitório e migração de aves, como a narceja (*Gallinago paraguaiiae*), saracura-três-potes (*Aramides cajanea*), maçaricos e batuíras. As florestas paludosas com predomínio de caxeta são importantes para reprodução, alimentação, pouso e dormitório de aves, como o papagaio-de-cara-roxa (*Amazona brasiliense*), carretão (*Agelaius cyanopus*) e o pato-domato (*Cairina moschata*), alguns mamíferos, como lontra (*Lutra longicaudis*),



peixes e pererecas. Nas áreas de transição entre as florestas de restinga e a floresta de encosta da Mata Atlântica podem ser observadas diversas espécies de aves, como guaxe (*Cacicus haemorrhous*), papagaio-de-cara-roxa (*Amazona brasiliensis*), saracura-três-potes (*Aramides cajanea*), e mamíferos, como o mico-leão-caiçara (*Leontopithecus caissara*), queixada (*Tayassu pecari*), bugio (*Alouatta fusca*), mono- carvoeiro (*Brachyteles arachnoides*) e grandes felinos, como a jaguatirica (*Felis pardalis*), onça parda (*Felis concolor*) e a onça pintada (*Phantera onca*), assim como os felinos de menor porte como gato do mato (*Felis tigrina*) e gato maracajá (*Felis wiedii*).

Quanto à fauna associada aos manguezais, destacam-se as várias espécies de caranguejos, formando enormes populações nos fundos lodosos, e de animais filtradores, tais como as ostras, que se alimentam de partículas suspensas na água. Muitos dos peixes que constituem o estoque pesqueiro das águas costeiras dependem das fontes alimentares do manguezal, pelo menos na fase jovem e é por este motivo que os manguezais são conhecidos como berçário natural para a fauna, pois existe uma série de animais que se reproduzem neste ambiente. Uma grande variedade de camarões e de peixes utilizam o mangue para reprodução e alimentação, como o robalo e a tainha. Essa variedade de animais atrai a atenção de predadores, que passam a utilizar esse ambiente como área de alimentação e reprodução, como é o caso dos guarás (*Eudocimus ruber*), colhereiros (*Platalea ajaja*), biguás (*Phalacrocorax brasilianus*), garças (*Casmerodius albus*, *Egretta thula* e *Ardea cocoi*), socós (*Tigrisoma lineatum* e *Butorides striata*) e martins-pescadores (*Megaceryle torquata*, *Chloroceryle amazona*).

8. ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

8.1. CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS

Tabela 8 - Território e População

	Ano	Município	Reg. Metr.	Estado
--	-----	-----------	------------	--------



Área (Em km2)	2015	141,87	2.420,50	248.222,36
População	2015	50.603	1.749.343	43.046.555
Densidade Demográfica (Habitantes/km2)	2015	356,69	722,72	173,42
Taxa Geométrica de Crescimento Anual da População - 2010/2015	2015	1,84	1,02	0,87
Grau de Urbanização (Em %)	2014	99,56	99,81	96,21
Índice de Envelhecimento(Em %)	2015	75,50	71,73	67,2
População com Menos de 15 Anos (Em %)	2015	21,20	20,29	19,63
População com 60 Anos e Mais (Em %)	2015	16,01	14,56	13,19
Razão de Sexos	2015	98,41	91,97	94,8

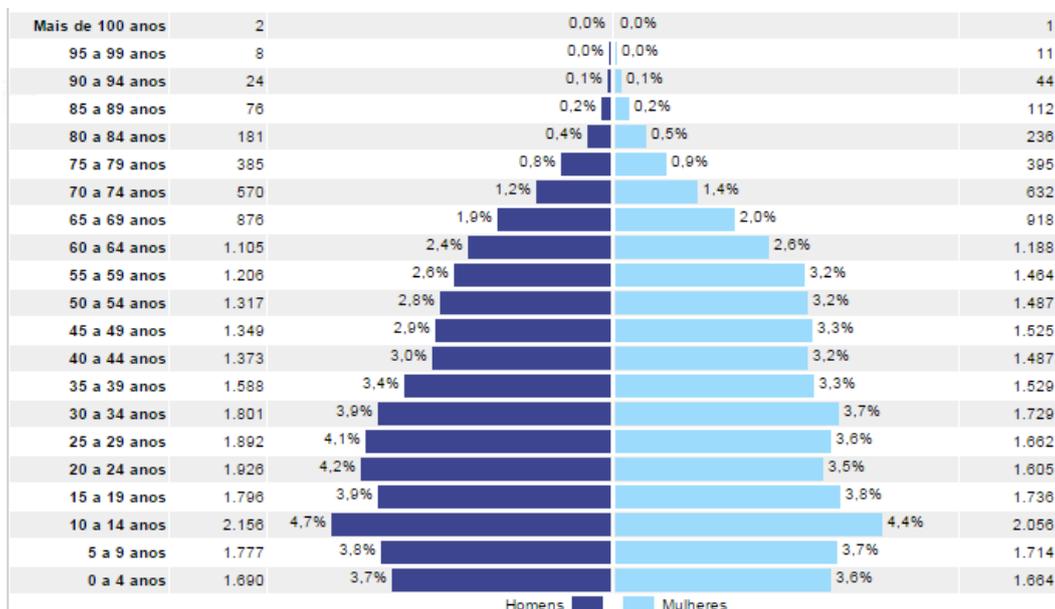
Fonte: SEADE - Governo do Estado de São Paulo

De acordo com o Censo de 2015 do IBGE a população de Mongaguá é de 52.492 mil habitantes, tendo uma densidade demográfica de aproximadamente 141,865 habitantes/km²

A pirâmide etária de Mongaguá permite deduzir que a população deste município possui uma diminuição na taxa de natalidade, sendo que grande da população se encontra economicamente ativa.



Gráfico 7- Pirâmide etária de Mongaguá



Fonte: IBGE, 2016.

A dedução acima pode ser afirmada através dos dados que foram organizados pelo SEADE (2016), pois no ano de 2014 a taxa de natalidade foi de 13,89 nascimentos a cada mil habitantes e no ano de 2011 esta taxa foi de 15,37 nascimentos a cada mil habitantes, ou seja, houve uma diminuição na natalidade do município.

A taxa de mortalidade infantil para o ano de 2014 foi de 8,70 mortos a cada mil nascidos vivos, se comparado com o valor do ano de 2012 que foi de 20,03 mortos a cada mil nascidos vivos, houve uma diminuição na mortalidade infantil. (SEADE, 2016).



8.2. ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida resumida do progresso a longo prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde. Essa abordagem permite a interpretação de dados de qualidade de vida em uma localidade.

Mongaguá tem o IDH 0,754, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). A dimensão que mais contribui para o IDH do município é longevidade, com índice de 0,854, seguida de renda, com índice de 0,699, e de educação, com índice de 0,719. A tabela abaixo apresenta uma comparação entre o município de Mongaguá e o Estado de São Paulo.

Tabela 9 - Comparação do IDH-M de Mongaguá e do Estado de São Paulo.

Município	IDHM	IDHM Longevidade	IDHM Renda	IDHM Educação
Mongaguá	0,754	0,854	0,699	0,719
São Paulo	0,783	0,845	0,789	0,719

Fonte: PNUD,2010.

Mongaguá se encontra na 199ª posição do ranking do IDH do município (IDH- M), elaborado pelo PNUD.

Tabela 10 - Condições de Vida

	Ano	Município	Reg. Metr.	Estado
Índice Paulista de Responsabilidade Social - IPRS - Dimensão Riqueza	2012	36	49	46



Índice Paulista de Responsabilidade Social - IPRS - Dimensão Longevidade	2012	59	70	70
Índice Paulista de Responsabilidade Social - IPRS - Dimensão Escolaridade	2012	47	48	52
Índice Paulista de Responsabilidade Social - IPRS	2012	Grupo 2 - Municípios que, embora com níveis de riqueza elevados, não exibem bons indicadores sociais.		
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM	2010	0,754		0,783
Renda per Capita - Censo Demográfico (Em reais correntes)	2010	552,11	809,49	853,75
Domicílios Particulares com Renda per Capita até 1/4 do Salário Mínimo - Censo Demográfico (Em %)	2010	12,25	8,14	7,42
Domicílios Particulares com Renda per Capita até 1/2 Salário Mínimo - Censo Demográfico (Em %)	2010	28	19,83	18,86

Fonte: SEADE - Governo do Estado de São Paulo

8.3. ATIVIDADES ECONÔMICAS

Segundo levantamento realizado pelo SEADE (2016), o município de Mongaguá possui grande representatividade no setor de serviços, seguido do setor industrial e de agropecuária.

Tabela 11 - Participação (%) de Mongaguá e do Estado de São Paulo em diferentes setores da economia

Setor	Mongaguá	São Paulo
Agropecuária	1,30	1,89
Indústria	14,10	24,99



Serviços	84,60	73,12
-----------------	-------	-------

Fonte: SEADE, 2016.

Os setores de atividades econômicas desenvolvidas em Mongaguá geraram quase 7 mil empregos formais, com salário médio de R\$ 2.024,65 mensais, podendo ser divididos conforme tabela a seguir.

Tabela 12 - Participação dos empregos formais e seus respectivos salários médios (R\$) no município de Mongaguá

Setor	%	R\$
Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura	0,22	860
Indústria	4,39	2.311,59
Construção	8,07	1.464,27
Comércio Atacadista e Varejista e do Comércio e Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas	33,8	1.499,85
Serviços	53,51	2.421,78

Fonte: SEADE, 2016.

Tabela 13 - Emprego e Rendimento

	Ano	Município	Reg. Metr.	Estado
--	------------	------------------	-------------------	---------------



Participação dos Empregos Formais da Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura no Total de Empregos Formais (Em %)	2014	0,22	0,20	2,28
Participação dos Empregos Formais da Indústria no Total de Empregos Formais (Em %)	2014	4,39	6,35	19,38
Participação dos Empregos Formais da Construção no Total de Empregos Formais (Em %)	2014	8,07	6,46	5,23
Participação dos Empregos Formais do Comércio Atacadista e Varejista e do Comércio e Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas no Total de Empregos Formais (Em %)	2014	33,80	21,59	19,72
Participação dos Empregos Formais dos Serviços no Total de Empregos Formais (Em %)	2014	53,51	65,39	53,39
Rendimento Médio dos Empregos Formais da Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura (Em reais correntes)	2014	860,00	1.556,60	1.652,59
Rendimento Médio dos Empregos Formais da Indústria (Em reais correntes)	2014	2.311,59	5.547,79	3.194,95
Rendimento Médio dos Empregos Formais da Construção (Em reais correntes)	2014	1.463,27	2.047,85	2.385,21
Rendimento Médio dos Empregos Formais do Comércio Atacadista e Varejista e do Comércio e Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas (Em reais correntes)	2014	1.499,85	1.701,97	2.072,24
Rendimento Médio dos Empregos Formais dos Serviços (Em reais correntes)	2014	2.421,78	2.515,39	2.903,96
Rendimento Médio do Total de Empregos Formais (Em reais correntes)	2014	2.024,65	2.499,64	2.740,42

Fonte: SEADE - Governo do Estado de São Paulo

8.4. PRODUTO INTERNO BRUTO



O Produto Interno Produto (PIB) representa a soma do que foi produzido em um município durante determinado período de tempo, estes valores vêm a demonstrar a capacidade competitiva das economias municipais, bem como sua a composição setorial (IBGE, 2016c).

A tabela abaixo demonstra a divisão do PIB (em reais) do ano de 2013 entre os setores de Agropecuária, Indústria e Serviços, para o município de Mongaguá e o Estado de São Paulo.

Tabela 14 - PIB (em reais) de Mongaguá e do Estado de São Paulo.

Setor	Mongaguá	São Paulo
Agropecuária	8.557,46	11.265.005
Indústria	92.802,49	193.980.716
Serviços	765.089	406.723.721

Fonte: IBGE,2016.

Tabela 15 - Economia

	Ano	Município	Reg. Metr.	Estado
Participação nas Exportações do Estado (Em %)	2014	-	10,699600	100,000000
Participação da Agropecuária no Total do Valor Adicionado (Em %)	2012	1,30	0,28	1,87
Participação da Indústria no Total do Valor Adicionado (Em %)	2012	14,10	15,63	22,89
Participação dos Serviços no Total do Valor Adicionado (Em %)	2012	84,60	84,09	75,24
PIB (Em milhões de reais correntes)	2012	14.191,70	27.907,28	40.379,00
Participação no PIB do Estado (Em %)	2012	0,040532	2,799745	100,00000

Fonte: SEADE - Governo do Estado de São Paulo



8.5. EDUCAÇÃO

Mongaguá possui, em sua rede de ensino, 55 escolas, sendo que 42 são escolas municipais (Creches, ensino pré-escolar e ensino fundamental), 07 são escolas estaduais (ensino fundamental e ensino médio), 01 ETEC, e 05 são escolas particulares. (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO, 2015).

Tabela 16 - Índices Educacionais

	Ano	Município	Reg. Metr.	Estado
Taxa de Analfabetismo da População de 15 Anos e Mais - Censo Demográfico (Em %)	2010	4,85	4,09	4,33
População de 18 a 24 Anos com pelo Menos Ensino Médio Completo - Censo Demográfico (Em %)	2010	51,73	--	57,89

Fonte: SEADE - Governo do Estado de São Paulo

Tabela 17 - Relação das instituições de ensino do município de Mongaguá

Escolas Públicas Municipais	C.E.I. VERA LÚCIA DA SILVA LEITE
	C.E.I. ELIO GONÇALVES PEREIRA
	C.E.I. VILA ATLÂNTICA
	C.E.I. RAIOS DE LUZ
	C.E.I. OCEANÓPOLIS
	C.E.I. NILTON DE OILIVEIRA MELLO
	C.E.I. BASÍLIO PRIMITIVO PEREZ GARRIDO
	C.E.I. CASULO
	C.E.I. BARIGUI
	C.E.I. PEQUENO POLEGAR
	EMEF SIRANA KOUKDJIAN
	EMEF TONICO SILVA
	EMEF DE VERA CRUZ
	EMEF IVONE DE ALMEIDA MONTEIRO
	EMEF JOSÉ CESÁRIO PEREIRA FILHO
	EMEF PREFEITO CASSIMIRO CORREIA NETO
	EMEF HORTÊNCIA QUINTINO DA FARIA BOTELHO
	EMEF PROF ^o PEDRO FERNANDES DANTE



	EMEF PROF ^a JACYRA DE SOUZA OLIVEIRA
	EMEF VEREADOR JOSÉ CARLOS DE FREITAS
	EMEF VEREADOR JOAQUIM MONTEIRO
	EMEF BARIGUI
	EMEF BALNEÁRIO REGINA MARIA
	EMEF FLÓRIDA MIRIM
	EMEF JACOUB KOUKDJIAN
	EMEI CRIANÇA FELIZ
	EMEI CATATAU
	EMEI BRANCA DE NEVE
	EMEI XODÓ DA VOVÓ
	EMEI PINGO DE GENTE
	EMEI PINÓQUIO
	EMEI TIO PATINHAS
	EMEI SININHO
	EMEI FLÓRIDA MIRIM
	EMEIEF PROF ^a CÉLIA PUPO DE JESUS
	EMEIEF VILA ATLÂNTICA
	EMEIEF SÍTIO DO PICA PAU AMARELO
	EMEIEF NAIR MELO FRANCISCO – DONA NAIA
	EMEIEF PEQUENO PRÍNCIPE
	EMEIEF PROF ^a CLÁUDIA MARIA ANDRELLA
	EMEIEF ZONA RURAL
Escolas Públicas Estaduais	EE AGENOR DE CAMPOS
	EE AIDA LEDA BAUER DAVIES PROFESSORA
	EE ALDEIA AGUAPEU
	EE ARACY DA SILVA FREITAS PROFESSORA
	EE CENTRO DE ATEND SOCIOEDUC AO ADOLESCENTE MONGAGUAUI
	EE CENTRO DE PROGRESSAO PENITENCIARIA DE MONGAGUA
	EE KUARAY O E A SOL NASCENTE
Escola	ETEC ADOLPHO BEREZIN
Escolas Particulares	COLÉGIO COC EXPRESSAO
	COLÉGIO CASALUNGA
	ESCOLA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NELSON ALVES JANEIRO
	COLÉGIO PORTINARI
	URSO BIANCO COLÉGIO DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Fonte: Secretaria De Educação de São Paulo, 2015.



De acordo com o Censo Escolar realizado pelo INEP em 2014, são 1.007 matrículas em creches, 1.617 estudantes matriculados em pré-escolas, 4.443 matrículas nos anos iniciais, 2.986 matrículas nos anos finais, 2.536 estudantes matriculados no ensino médio, 949 matrículas no EJA e 59 matrículas de educação especial. (QEDU, 2015)

Visto que a educação é o principal fator para o desenvolvimento o município investe na mesma, cuidando das escolas que possui e trazendo novas oportunidades como a ETEC.

8.6. SAÚDE

De acordo com a Prefeitura de Mongaguá existem 12 estabelecimentos de saúde que prestam o serviço atendimento, além disso, existem alguns estabelecimentos particulares e específicos como: clínicas e laboratórios.

Mongaguá possui 44 leitos para atender a população, sendo que 44 leitos são destinados para atendimento ao SUS. O hospital presta atendimentos ambulatoriais, internações, urgências e emergência, possui uma estrutura de apoio: ambulâncias, sala de cirurgia, sala para partos, sala de gesso e outros.



Tabela 18 - Relação dos estabelecimentos de saúde do município de Mongaguá

Nome: Hospital e Maternidade Municipal Dr ^a Adoniran Correa Campos	Endereço: Avenida São Paulo, 826	Telefone: (13) 3505-6060
Nome: PS Agenor de Campos	Endereço: Avenida Nossa Senhora de Fátima, 200 – Agenor de Campos	Telefone: (13) 2446-2672
Nome: PSF Pedreira	Endereço: Rua Antônio Cordeiro Mendes, 204 – Pedreira	Telefone: (13) 3507-4441
Nome: PSF Vila Operária	Endereço: Avenida Washigton Luiz, 815 – Vila Operária	Telefone: (13) 3448-1229
Nome: PSF Jardim Praia Grande	Endereço: Avenida Monteiro Lobato, 6.092 – Jardim Monteiro Lobato	Telefone: (13) 3448-4223
Nome: PSF Jussara	Endereço: Avenida Jussara, 62 – Balneário Jussara	Telefone: (13) 3448-6313
Nome: PSF Jardim Primavera	Endereço: Avenida Nossa Senhora de Fatima, 1.801 – Agenor de Campos	Telefone: (13) 3506-3546
Nome: PSF Flórida Mirim	Endereço: Avenida Monteiro Lobato, s/n – Balneário Flórida Mirim	Telefone: (13) 3506-3546
Nome: Centro de Fisioterapia	Endereço: Avenida Monteiro Lobato, s/n – Balneário Itaguaí	Telefone: (13) 3506-3976
Nome: Saúde da Mulher	Endereço: Avenida São Paulo, 1.510 – Centro	Telefone: (13) 3507-1401
Nome: SAMU	Endereço: Avenida Monteiro Lobato, 6.092 – Jardim Praia Grande	Telefone: (13) 3448-3556

Fonte: Prefeitura de Mongaguá, 2016.

Tabela 19 - Estatísticas da Saúde

	Ano	Município	Reg. Metr.	Estado
Taxa de Natalidade (Por mil habitantes)	2014	13,89	14,64	14,66
Taxa de Fecundidade Geral (Por mil mulheres entre 15 e 49 anos)	2014	55,44	53,41	52,10
Taxa de Mortalidade Infantil (Por mil nascidos vivos)	2014	8,70	14,48	11,43
Taxa de Mortalidade da População entre 15 e 34 Anos (Por cem mil habitantes nessa faixa etária)	2014	150,35	123,65	117,6
Taxa de Mortalidade da População de 60 Anos e Mais (Por cem mil habitantes nessa faixa etária)	2014	3.980,55	3.663,57	3.486,44
Mães Adolescentes (com menos de 18 anos) (Em %)	2014	12,03	7,17	6,70
Mães que Tiveram Sete e Mais Consultas de Pré-Natal (Em %)	2014	62,46	74,56	76,69



Partos Cesáreos (Em %)	2014	43,96	46,49	58,53
Nascimentos de Baixo Peso (menos de 2,5kg) (Em %)	2014	8,12	8,91	9,33
Gestações Pré-Termo (Em %)	2014	11,11	10,79	11,26
Leitos SUS (Coeficiente por mil habitantes)	2014	0,89	0,97	1,37

Fonte: SEADE - Governo do Estado de São Paulo

9. INFRAESTRUTURA BÁSICA URBANA

9.1. ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Em relação ao abastecimento de água, Mongaguá é abastecida por meio de um sistema produtor local denominado Antas, que integra o Sistema Sul de Abastecimento de Água da Baixada Santista, juntamente com Praia Grande, Itanhaém, Peruíbe e a porção oeste da área continental de São Vicente, segundo regionalização dos sistemas operados pela SABESP (SABESP, 2011, p.84).

O Sistema Antas Recebe contribuição do Sistema Mambu, que abastece Itanhaém, com o qual é integrado. Sobre cobertura dos sistemas de abastecimento de água, o sistema de distribuição de água do município possui 360 km atendendo de maneira bastante satisfatória grande parte das áreas mais densas (90 a 100% dos domicílios).

A cobertura também é incompleta em outras áreas menos densas localizadas a norte da Rodovia Padre Manoel da Nóbrega. Análise do Censo indica que a faixa de cobertura entre 75% e 90% encontram-se dois setores censitários de baixa densidade, sendo um situado entre os bairros Flórida Mirim e Itaguaí, próximo à divisa com Itanhaém, e outro entre os bairros Jussara e Itaóca.

Na faixa de cobertura entre 50% e 75% existe um grande setor no bairro Flórida Mirim, em torno do Presídio, em que praticamente não existem assentamentos.



Na faixa de cobertura entre 25% e 50%, há um grande setor situado no bairro Vila São Paulo e no Parque Estadual da Serra do Mar, em área com ocupações esparsas.

Por fim, na faixa de cobertura entre 0% e 25% está o setor da Aldeia Indígena Itaoca e a grande área do Parque Estadual da Serra do Mar, ao norte desta, onde praticamente não há ocupações.

9.2. REDE DE ESGOTO

No início dos anos 2000, o sistema de esgotos sanitários de Mongaguá abrangia apenas o centro urbano mais consolidado do município, que corresponde à área compreendida entre o entorno do Rio Mongaguá e a divisa com o município de Praia Grande (DAEE, 2010).

Nesta época, era generalizado o uso de fossas sépticas e os canais de drenagem de águas pluviais eram utilizados para escoar os efluentes dessas fossas e também para o lançamento direto do esgoto bruto, que desaguava no oceano. O município contava então com 28.258,0 m de rede coletora e 5.723,0 m de emissários terrestres, além de uma estação de tratamento, denominada ETE Bichoró.

De acordo com os resultados do Censo Demográfico 2010, o município de Mongaguá possuía um total de 14.588 domicílios ocupados com residentes fixos, dentre os quais 32,45% tinham banheiros e estavam conectados à rede coletora de esgoto ou de águas pluviais, e 58,01% utilizavam fossas sépticas. Tais números mostram o alto déficit de atendimento de domicílios em Mongaguá, com mais da metade da população utilizando fossas sépticas como alternativa à rede coletora.

De modo geral, observa-se que o atendimento é mais limitado em áreas situadas a noroeste da rodovia, em especial na área centro-oeste do município, onde predomina população residente, além das praias situadas



a sudoeste da Vila Atlântica, até a divisa com Itanhaém, o que torna possível inferir que as condições de saneamento são mais afetadas em feriados, durante o verão e no pico da alta temporada. A situação de precariedade da coleta e tratamento do esgoto prejudica ainda as condições de balneabilidade, colocando em risco de contaminação a população residente e os turistas, resultando em impactos negativos para a economia local por afetar a qualidade das praias.

A qualidade das praias, aferidas pelos índices de balneabilidade, é um importante indicador da qualidade do saneamento básico, no caso de municípios litorâneos. No caso de Mongaguá, esta consideração merece destaque, pois apenas 51% dos esgotos são coletados. Mesmo tendo sido construídos mais de 200 km de rede coletora nos últimos anos, cerca de 11 mil ligações na rede coletora de esgotos ainda não foram realizadas pelos proprietários.

Segundo a CETESB (2012), no município de Mongaguá são monitoradas seis praias. As mesmas ficaram Próprias, em média, 65% do tempo em 2011, um pouco menos do que em 2010, quando ficaram 72% do tempo.

Até o início das obras de ampliação e melhoria do sistema de saneamento do município, pelo Programa Onda Limpa, Mongaguá possuía o pior nível de cobertura do sistema de esgotos da Baixada Santista. No âmbito deste programa, estão em curso investimentos que priorizam a implantação do sistema de tratamento e o remanejamento e ampliação das redes de esgoto. (Litoral Sustentável – Resumo Executivo Mongaguá)

9.3. RESÍDUOS SÓLIDOS

A gestão de resíduos sólidos em Mongaguá é realizada diretamente pela Prefeitura, através da Diretoria de Serviços Públicos e, segundo informações repassadas pelos gestores locais, a prestação dos serviços de limpeza urbana é totalmente terceirizada, com execução das atividades



pela empresa Terracom. O município não possui Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS), em conformidade com o estabelecido pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), instituída pela Lei Federal no 12.305/2010.

A geração média de resíduos sólidos (com base em dados relativos a toneladas coletadas e não de resíduos gerados) atingiu pouco mais de 24 mil toneladas em 2009, segundo do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS). Estes dados indicam uma pro Por mais de 20 anos, o município dispôs seus resíduos de maneira inadequada, em um lixão no próprio município. As atividades deste lixão foram encerradas em 2008, após atuação da CETESB. A partir de então, a Prefeitura passou a encaminhar os resíduos para um aterro sanitário particular, localizado no bairro Sítio das Neves, em Santos. Atualmente, na área do antigo lixão funciona uma unidade de transbordo de resíduos em condições bastante precárias – a céu aberto, sem sistemas dedrenagem de águas pluviais, tratamento dos lixiviados ou controle da presença de catadores.

As ações de limpeza urbana em Mongaguá compreendem os serviços de varrição, capinação e roçagem, bem como os relacionados à limpeza de praias, feiras livres e dos sistemas de drenagem, e são realizados pela empresa contratada.

Em relação aos Resíduos da Construção Civil (RCC), o município atua de forma corretiva, promovendo a limpeza de áreas onde há descarte irregular.

Segundo informações dos gestores locais, este não é considerado um problema em Mongaguá, já que boa parte destes resíduos é absorvida pelo mercado informal para utilização em aterros de lotes e propriedades, bem como na manutenção de vias sem pavimentação. São evidentes, entretanto, os impactos negativos de tais práticas.

Com relação aos Resíduos dos Serviços de Saúde, a empresa



Terracom também presta os serviços de coleta, encaminhando-os para tratamento no município de Mauá/SP.

As ações de coleta seletiva em Mongaguá tiveram início em 2009, após o fechamento do lixão da cidade, com o processo de cadastramento e de organização dos catadores de material reciclável que atuavam na área. Na atualidade, uma cooperativa organizada por um grupo de cerca de dez catadores gerencia a coleta seletiva no município, alcançando uma produtividade de cerca de 30 toneladas mensais.

Pelo conjunto de informações levantadas, constata-se que o município de Mongaguá possui grandes desafios em relação à melhoria da prestação dos serviços de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos. Por não possuir o PGIRS, o município permanece sem instrumentos de apoio à gestão, em especial para o planejamento de suas ações voltadas a ofertar alternativas para a disposição adequada dos resíduos pela população. A gestão associada com outros municípios também pode ser considerada como um objetivo a ser alcançado, considerando as características das cidades da Baixada Santista e as restrições de caráter ambiental existentes, somados à tendência de aumento da população residente. (Litoral Sustentável – Resumo Executivo Mongaguá)

9.4. ENERGIA ELÉTRICA

A energia elétrica de Mongaguá é fornecida pela Empresa Cetesb. De acordo com o SEADE (2016), em 2014 o consumo de energia elétrica do município de Mongaguá foi de 101. 642 MWh, sendo que 115 deste consumo foi para a área industrial, 43.386 para a área residencial, 2.593 para a área de comércio e serviços, 292 para a iluminação e serviços



públicos e apenas 89 para a área rural.

9.5. TRANSPORTE RODOVIÁRIO, URBANO E RURAL

As empresas de transporte rodoviário que atendem o município é a Viação Breda partindo do Terminal Jabaquara de São Paulo. O transporte intermunicipal é realizado pela empresa Breda e o transporte municipal é feito pela empresa Beira Mar.

9.6. SISTEMA DE SEGURANÇA

Com relação à gestão da Segurança Pública, Mongaguá, diferentemente de outras cidades brasileiras, parece já ter reconhecido a importância das ações municipais no campo da segurança pública. O município tem uma legislação que prevê e estimula as ações locais de prevenção e uma estrutura pública dedicada ao tema, incluindo uma Diretoria Municipal de Segurança e a própria Guarda Municipal.

O gestor da área de segurança afirmou que há um fórum de planejamento para as ações na área, reunindo as diretorias de Segurança, Saúde e Educação. O objetivo deste planejamento é principalmente preservar o patrimônio público, a segurança dos estudantes e o bem estar social. A existência de planejamento mostra que há um canal para a execução de tais políticas, mas as taxas atuais de crimes contra a pessoa e o patrimônio sublinham a necessidade de expandir as intervenções.

Nesse sentido, o avanço na implementação de políticas municipais de segurança na cidade pode se dar pela elaboração de um diagnóstico mais aprofundado sobre a violência e a criminalidade em Mongaguá e pela ampliação de esferas de debate e consulta, para que os diferentes segmentos da cidade possam contribuir e participar na definição



do conteúdo das políticas neste campo. (Litoral Sustentável – Resumo Executivo Mongaguá)

Delegacia de Polícia Civil

A Polícia Militar localiza-se na Av. Antônio Martins de Araújo, e o telefone para contato (13) 3448-3815.

Posto de Salva Vidas - Corpo de Bombeiros

O Corpo de Bombeiros localiza-se na Av Governador Mário Covas Júnior , 4001 - Flórida Mirim, e o telefone para contato é (13) 3448-7745.

Guarda Municipal

A Guarda Municipal localiza-se na Avenida 15 de Novembro, 462 – Vila Atlântica, e o telefone para contato é (13) 3448-1011.

Defesa Civil

A Defesa Civil localiza-se na Av. Marina, 74, e o telefone para contato é (13) 3448-1011.

III. FONTES DE RECURSOS

Parcela significativa dos gastos com infra-estrutura básica costuma ser financiada por recursos públicos. Em vários países em desenvolvimento, a infraestrutura depende também do financiamento público, especialmente quando se trata do crédito de longo prazo. Nesses países, o sistema bancário privado costuma fornecer recursos para o capital circulante.



No caso brasileiro, a discussão apresentadanesse item mostra não só a diversidade e complexidade de fundos e programas implementados, em especial, pelo governo federal, como a grande importância desses recursos para o financiamento de empreendimentos de toda a cadeia do setor turismo.

O Ministério do Turismo, por meio da interlocução com as instituições financeiras federais, entidades representativas das empresas da cadeia produtiva do turismo e órgãos públicos, busca criar condições favoráveis aos investimentos no setor de turismo.

Os recursos necessários para o desenvolvimento do setor são disponibilizados pelos cinco bancos oficiais – BNDES, Banco do Brasil, Banco da Amazônia, Banco do Nordeste e Caixa Econômica Federal – e pelo próprio Ministério do Turismo por meio do Fundo Geral de Turismo – FUNGETUR, com a intermediação de seu agente financeiro oficial.

Diversas são as linhas de crédito desenvolvidas para financiar a implantação, ampliação, modernização e reforma de empreendimentos do setor turístico, a aquisição de veículos automotores e de máquinas e equipamentos, além de outros itens necessários à viabilidade do negócio, como capital de giro associado ao investimento fixo.

As linhas de crédito contemplam todas as atividades econômicas do setor de turismo e têm características competitivas para promover o desenvolvimento do setor, como baixas taxas de juros reais, prazos mais longos, adequados ao período de investimento, e garantias evolutivas.

10. FUNGETUR

O FUNGETUR (Fundo Geral de Turismo) consiste em um mecanismo de crédito essencial ao fomento do turismo como negócio e estratégia para o desenvolvimento social e econômico – geração de emprego e renda, inclusão social e melhoria da qualidade de vida.



Criado pelo Decreto-Lei nº 1.191, de 27 de outubro de 1971, o FUNGETUR é um fundo especial, diretamente vinculado ao turismo, que objetiva a concessão de crédito para implantação, melhoria, conservação e manutenção de empreendimentos turísticos.

Ao longo de sua existência, o FUNGETUR foi o responsável pelo financiamento de boa parte da atual infraestrutura turística existente no País. O Ministério do Turismo, sob a coordenação e supervisão da Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo, buscou consolidar, no exercício de 2006, os processos de reestruturação institucional e organizacional do FUNGETUR, visando a retomada das atividades de operação de crédito suspensas desde o ano 2000.

A edição da Portaria nº 32, de 22 de maio de 2006, que aprova as condições de operacionalização do FUNGETUR e dá outras providências, representa marco legal que imprime regras claras e objetivas de operação e funcionamento do fundo. A retomada dos financiamentos tornou-se a opção consistente e razoável na busca do revigoramento do fundo.

Num esforço contínuo de aprimoramento das condições de financiamento, o Ministério do Turismo estabeleceu parceria com a Caixa Econômica Federal com o intuito de viabilizar créditos a custos compatíveis com a realidade do setor.

Dessa parceria, o MTur e a CEF celebraram contrato para propiciar a aplicação de recursos próprios do FUNGETUR, com o objetivo de ofertar financiamento de longo prazo ao setor de turismo, principalmente, fomentando obras para modernização, reforma e ampliação de empreendimentos; aquisição de máquinas e equipamentos novos.



O FUNGETUR é uma linha de crédito com recursos do Fundo Geral do Turismo - FUNGETUR, que visa à ampliação, modernização e reforma de empreendimentos turísticos.

É destinado a empresa de qualquer porte, com faturamentos há mais de 36 meses consecutivos e que atuem no setor de turismo (hotéis, pousadas, outros meios de hospedagem de turismo, centros de convenção, parques temáticos e outros locais destinados a feiras, exposições e assemelhados).

Valores, Prazos e Demais Condições Operacionais

Prazos:

Carência: no mínimo 90 dias e no máximo 60 meses.

Financiamento: até 240 meses.

Os prazos de carência e o de amortização são definidos na análise de viabilidade do projeto, levando-se em conta os retornos prospectivos esperados, bem como o respeito aos prazos máximos atribuídos para o produto. Os selos de sustentabilidade ajudam a definir qual o prazo a ser concedido, geralmente o Projeto é apresentado considerando 120 meses como prazo total e 24 meses de carência, após a conclusão das obras e a obtenção dos selos, a empresa requer a extensão dos prazos totais e de carência até o limite concedido.

Valor em R\$ Mínimo: R\$ 400.000,00 a Máximo: R\$ 10.000.000,00 por grupo econômico.

A CAIXA financia até 80% do valor do investimento fixo total do projeto, para isso é observado à capacidade de pagamento do cliente, definida pela análise cadastral. Em relação a composição dos 20% restantes de investimento da empresa, pode ser considerado o custo do terreno e outros investimentos associados.



Encargos:

Taxa de juros:

6,9% a.a. para contratos com prazo de até 12 anos;

7,9% a.a. para contratos com prazo acima de 12 anos.

11. PRODETUR

Os Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR) buscam organizar as intervenções públicas para o desenvolvimento da atividade turística, através de prévios processos de planejamento das regiões turísticas. A partir do planejamento das áreas turísticas prioritárias são propostas intervenções públicas a serem implantadas de forma que o turismo venha a constituir uma verdadeira alternativa econômica geradora de emprego e renda principalmente para a população local.

Os investimentos do Programa são operacionalizados pelo Ministério do Turismo (MTur), que orienta tecnicamente as propostas estaduais e municipais; em parceria com organismos multilaterais, em especial o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e com a Corporação Andina de Fomento que atuam como financiadores internacionais. O Programa inclui ações nos âmbitos regional, estadual e municipal. A atuação pode ser acompanhada pelo site da Secretaria de Assuntos Internacionais (SEAIN), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

12. DADETUR



Organizada pelo governador Geraldo Alckmin em primeiro de janeiro de 2011, por intermédio do decreto 56.638, a Secretaria de Turismo dispõe em sua estrutura básica do Departamento de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios Turísticos – DADETUR, que, atualmente congrega 70 municípios denominados estâncias turísticas. Foi criado pela Lei nº 6.470, em junho de 1989 para, entre outras atribuições, transferir recursos diretos para a execução de obras e programas ligados ao desenvolvimento do turismo nas cidades reconhecidas como estâncias.

Os recursos dos convênios que essas cidades celebram com o DADETUR provêm do Fundo de Melhoria das Estâncias, que é mencionado no artigo 146 da Constituição do Estado de São Paulo e funciona de acordo com a lei 7.862/1992.

A receita que o Fundo disponibiliza para os municípios é composta pela somatória dos Impostos Municipais de todas as estâncias por meio da apresentação de seu DREMU (Declaração de Receita Tributária Própria Municipal). Há também uma dotação oriunda do Governo do Estado no próprio Plano Plurianual. O orçamento que é disponibilizado para cada cidade, anualmente, também varia de acordo com a participação do próprio município na composição do Fundo de Melhoria das Estâncias.

A verba do DADETUR é um recurso que está disponível para cada estância no orçamento do Estado todos os anos. E, para recebê-lo, a Prefeitura deve determinar quais serão os objetos dos convênios a serem celebrados, ou seja, aonde a verba será aplicada.

Esses objetos são apresentados primeiramente ao Conselho Municipal de Turismo e, após aprovação, seguem ao Conselho de Orientação e Controle do Fundo de Melhoria das Estâncias, por meio de planos de trabalho. Quando o Conselho aprova os objetos, a Prefeitura desenvolve um projeto para cada



um deles, explicando detalhadamente como será utilizada a verba que receber do DADETUR. O departamento então analisa tecnicamente cada projeto e os aprova quando estiverem de acordo com as normas. Depois da aprovação dos projetos, os convênios entre município e DADETUR, são assinados, pelo prefeito e pelo secretário de Turismo do Estado. A partir daí, os recursos começam a ser liberados.

Conforme estabelece o Decreto nº 36.856/1993, o Conselho de Orientação e Controle do Fundo de Melhoria das Estâncias tem a função de planejar, supervisionar e controlar a distribuição dos recursos financeiros do Fundo de Melhoria das Estâncias.

12.1. LEI Nº 16.283, DE 15 DE JULHO DE 2016

Dispõe sobre o Fundo de Melhoria dos Municípios Turísticos e dá providências correlatas

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1º - O Fundo de Melhoria dos Municípios Turísticos, de que tratam os §§ 2º, 3º e 4º do artigo 146 da Constituição do Estado, destina-se ao desenvolvimento de programas de melhoria e preservação ambiental, urbanização, serviços e equipamentos turísticos.

Parágrafo único - O Fundo de Melhoria dos Municípios Turísticos - FUMTUR vincula-se ao Departamento de Apoio ao Desenvolvimento das Estâncias, que passa a ser denominado Departamento de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios Turísticos - DADETUR, subordinado à Secretaria de Turismo, à qual incumbe prestar-lhe suporte técnico e administrativo.

Artigo 2º - Constituem receitas do Fundo:

I - dotação orçamentária anual correspondente a 11% (onze por cento) da totalidade da arrecadação dos impostos municipais das Estâncias no exercício imediatamente anterior, limitada ao valor inicial da última



dotação atualizado pela variação anual nominal das receitas dos impostos estaduais estimada na subsequente proposta orçamentária;

II - créditos adicionais e suplementares que lhe sejam destinados;

III - auxílios, doações e contribuições de qualquer natureza;

IV - transferência de recursos, mediante convênios ou ajustes com entidades de direito público ou organismos privados nacionais e internacionais;

V - produto das operações de crédito e rendas provenientes da aplicação de seus recursos;

VI - outros recursos eventuais.

Artigo 3º - A utilização dos recursos do Fundo de Melhoria dos Municípios Turísticos será feita de conformidade com as normas e competências dos sistemas de administração financeira e orçamentária do Estado.

Parágrafo único - Vetado.

Artigo 4º - A aplicação dos recursos financeiros do FUMTUR dependerá de aprovação do Conselho de Orientação e Controle - COC, ao qual incumbem as atividades de planejamento, supervisão e controle da distribuição e utilização dos recursos financeiros do Fundo.

§ 1º - O COC será composto por 9 (nove) membros efetivos, nomeados pelo Governador, na seguinte conformidade:

1 - 1 (um) de sua livre escolha;

2 - 1 (um) indicado pela Secretaria de Planejamento e Gestão;

3 - 1 (um) indicado pela Secretaria da Fazenda;

4 - 1 (um) indicado pela Secretaria de Turismo;

5 - 2 (dois) indicados pelo Conselho Estadual de Turismo;

6 - 3 (três) indicados pela entidade representativa dos Municípios Turísticos, sendo 2 (dois) Prefeitos de Estâncias e 1 (um) Prefeito de Município de Interesse Turístico, por meio de lista sêxtupla.

§ 2º - Os membros do COC serão nomeados para o período de 2 (dois) anos, permitida a recondução, podendo ser substituídos a qualquer tempo.

§ 3º - As funções dos membros do COC, consideradas como serviço público relevante, não serão remuneradas.



§ 4º - O funcionamento e as demais normas de administração do COC serão fixados em regulamento.

Artigo 5º - Os recursos do FUMTUR destinam-se a, no máximo, 70 (setenta) Estâncias Turísticas e 140 (cento e quarenta) Municípios de Interesse Turístico, que atendam às condições estabelecidas em lei complementar, observados os seguintes critérios:

I - 80% (oitenta por cento) destinados às Estâncias, sendo:

a) 50% (cinquenta por cento) distribuídos de forma igualitária entre todas as Estâncias;

b) 50% (cinquenta por cento) distribuídos proporcionalmente, segundo o percentual de formação da receita proveniente da arrecadação dos impostos municipais das Estâncias;

II - 20% (vinte por cento) destinados aos Municípios de Interesse Turístico na proporção de 1/140 (um cento e quarenta avos) para cada Município.

Parágrafo único - As despesas referentes ao apoio e acompanhamento técnico e contábil dos convênios, inclusive com vistorias técnicas, elaboração de relatórios de medição e prestação de contas, não podem ser superiores a 4% (quatro por cento) da receita anual do FUMTUR.

Artigo 6º - Os pleitos dos Municípios Turísticos deverão ser submetidos à aprovação do COC, devidamente instruídos com a manifestação dos respectivos Conselhos Municipais de Turismo, conforme regulamento.

Artigo 7º - A transferência dos recursos será formalizada mediante convênios específicos, celebrados entre o Estado e os Municípios Turísticos.

Parágrafo único - A transferência de novos recursos aos Municípios Turísticos fica condicionada à prestação de contas dos recursos recebidos e à comprovação das obrigações assumidas.

Artigo 8º - As Estâncias que não dispõem de infraestrutura básica capaz de atender às populações fixas e flutuantes deverão aplicar parte dos recursos do FUMTUR em obras e serviços que promovam as melhorias necessárias para o abastecimento de água potável, sistema de coleta e tratamento de esgotos sanitários e gestão de resíduos sólidos.

Artigo 9º - O Programa Anual de Trabalho do Fundo de Melhoria dos Municípios Turísticos - PAT-FUMTUR, abrangendo plano de transferências e de aplicação de recursos financeiros, será submetido pelo COC, por meio da Secretaria de Turismo, à aprovação do Governador.



Parágrafo único - O PAT-FUMTUR deverá considerar as diretrizes dos Planos de Turismo Estadual, Regionais e Municipais, quando houver.

Artigo 10 - Fica o Poder Executivo autorizado a promover, a partir de 1º de janeiro de 2017, o remanejamento dos saldos orçamentários disponíveis no Fundo de Melhoria das Estâncias para o FUMTUR, para atender aos compromissos decorrentes dos convênios celebrados com as Estâncias Turísticas antes da vigência desta lei.

Artigo 11 - Fica revogada a Lei nº 7.862, de 1º de junho de 1992, com suas modificações posteriores.

Artigo 12 - Esta lei entra em vigor no primeiro dia do exercício financeiro subsequente ao da data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 15 de julho de 2016.

GERALDO ALCKMIN

Romildo de Pinho Campello

Secretário Adjunto, respondendo pelo expediente da Secretaria de Turismo

Marcos Antonio Monteiro

Secretário de Planejamento e Gestão

Renato Augusto Zagallo Villela dos Santos

Secretário da Fazenda

Samuel Moreira da Silva Junior

Secretário-Chefe da Casa Civil

Publicada na Assessoria Técnica da Casa Civil, aos 15 de julho de 2016.



13. DESENVOLVE SP - AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO PAULISTA

A Desenvolve SP – Agência de Desenvolvimento Paulista é uma instituição financeira do governo do Estado de São Paulo que promove, desde 2009, o desenvolvimento sustentável do Estado por meio de operações de crédito consciente e de longo prazo para as pequenas e médias empresas paulistas.

A Agência disponibiliza em seu site o simulador de financiamentos, pelo qual são calculados os valores das prestações através de informações referentes a categoria e linha de financiamento, valor, prazo e carência que melhor atende sua necessidade, para seu negócio crescer ainda mais.

- **Linha de Crédito: Linha Iluminação Pública**

Objetivo: financiar projetos que contemplem a implantação, ampliação ou adequação do sistema de iluminação pública dos municípios.



Beneficiários: administração municipal direta, as autarquias e fundações instituídas ou mantidas, direta ou indiretamente, pelos municípios.

Garantias: cotas do ICMS e/ou do FPM.

Poderão ser financiados projetos e itens visando à melhoria do sistema de iluminação pública, compreendendo:

a) Equipamentos:

Conjuntos Luminotécnicos, incluindo material sobressalente para os primeiros 6 meses de atividade: luminária, lâmpada, soquete, suporte para fixação, braço, reator, relé fotoelétrico, chave de comando e conexão elétrica. Não serão financiadas lâmpadas de vapor de mercúrio.

Rede exclusiva de IP: postes, condutores, transformadores e acessórios.

b) Call Center:

Equipamentos e/ou Estrutura: URA, rádio/comunicador, telefones, microcomputador e impressora.

c) Gestão da Iluminação:

Equipamentos: software, microcomputadores e impressora.

d) Atendimento:

Veículo de carga e correspondente adaptação com equipamento para execução dos serviços de manutenção da IP e rádio/comunicador;



EPI – Equipamento de Proteção Individual: capacete, óculos, uniforme, luva de raspa, luva de borracha, luva de pelica, manga isolada, cinto de segurança e bota isolada;

EPC – Equipamento de Proteção Coletiva: fita, cones, calço para veículo, bandeirola e sinalização.

e) Capacitação/treinamento específicos para as equipes abaixo, desde que acompanhados de, pelo menos, um dos itens financiados listados de “a” a “d”:

Equipe de técnicos eletricitas;

Equipe administrativa.

f) Projetos a serem realizados pelo município, desde que acompanhados de, pelo menos, um dos itens financiados listados de “a” a “d”:

Levantamento e verificação do cadastro dos ativos de iluminação;

Inventário de arborização interna.

Os projetos serão enviados à Secretaria de Energia do Estado de São Paulo para avaliação. Em paralelo a documentação será enviada à Secretaria do Tesouro Nacional, porém o financiamento somente ocorrerá após a aprovação de ambas as Secretarias e nas alçadas competentes da Desenvolve SP.



Apresentação de projetos: Os beneficiários deverão apresentar Carta Consulta, conforme modelo em vigor, para análise da Desenvolve SP, devendo constar, no mínimo, informações financeiras sobre o município e suas contas, e informações relativas ao projeto a ser implantado.

Condições de financiamento

Taxa de Juros: 9,5% ao ano

Prazo: 72 meses

Carência: 12 meses

Limites dos itens financiáveis: até 100% do valor do projeto.

Participação até 100% do valor dos itens financiáveis.

14. FINANCIAMENTO PRIVADO: MECANISMOS E INSTRUMENTOS

A discussão do padrão de financiamento do produto turístico passa pela percepção da grande heterogeneidade dos agentes do setor, no tocante ao segmento de atuação e, em especial, ao tamanho dos empreendimentos. Parcela importante desses agentes, pequenas e médias empresas, além dos mecanismos criados por fundos e programas públicos, como discutidos acima,



só têm acesso a mecanismos tradicionais de financiamento como alternativas ao autofinanciamento, tais como os empréstimos bancários. Dessa forma, mostram-se bastante sensíveis ao contexto macroeconômico que, nos últimos anos, tem sido marcado por elevadas taxas de juros, encurtamento dos prazos de financiamento e, em grande parte do período, escassez da oferta de crédito.

As condições de financiamento muitas vezes mostram-se incompatíveis com as necessidades dos empreendimentos do segmento, muitas vezes marcados por lentos retornos e demanda sazonal, e sensíveis à conjuntura macroeconômica.

Os grandes empreendimentos, tais como a instalação de grandes hotéis, resorts e parques temáticos, têm acesso a mecanismos alternativos de financiamento, com estruturas mais adequadas tanto às necessidades, quanto aos prazos. Entre esses se destacam o acesso a recursos de investidores institucionais, em especial fundos de previdência.

Embora se observe que os grandes empreendimentos tenham acesso a mecanismos diferenciados de financiamento, acredita-se que, assim como os pequenos, em especial no tocante a recursos para investimentos, sejam fortemente dependentes de recursos que de alguma forma resultam de políticas públicas, pensando nesta com um raio de operação mais amplo, envolvendo não só fundos e programas governamentais ou recursos do BNDES, como também o uso dos fundos de previdência de empresas estatais, tais como Previ, Petros e Funcef.

14.1. BNDES – PROGRAMA DE FINANCIAMENTO PARA O TURISMO

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) é uma empresa pública federal, com sede no Rio de Janeiro, e cujo principal objetivo é financiar de longo prazo a realização de investimentos em todos os



segmentos da economia, de âmbito social, regional e ambiental. É uma entidade componente da administração pública indireta e atualmente vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, tendo como objetivo apoiar empreendimentos que contribuam para o desenvolvimento do Brasil. Desta ação resultam a melhoria da competitividade da economia brasileira e a elevação da qualidade de vida da sua população.

A partir de uma parceria com o Ministério do Turismo, da Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo e do Departamento de Financiamento e Promoção de Investimentos no Turismo partindo das premissas de financiamento do BNDES definiram alguns programas de financiamento.

- **BNDES Automático**

Financiamento, por intermédio de instituições financeiras credenciadas, para realização de investimentos de até R\$ 10 milhões. Com a finalidade de obtenção de crédito de longo prazo para realização de projetos de investimentos para implantação, ampliação, recuperação e modernização de empreendimentos turísticos, incluindo obras civis, montagens e instalações e aquisição de equipamentos novos de fabricação nacional.

Teto Financiável: Até R\$ 10 milhões.

Encargos Financeiros: Custo Financeiro (TJLP)², mais remuneração do BNDES, mais remuneração do bancocredenciado (negociada com a empresa).



Prazos: Os prazos de carência e total são definidos pela instituição financeira credenciada em função da capacidade de pagamento do empreendimento.

Garantias: Reais e pessoais, negociadas entre a instituição financeira credenciada e o cliente.

Área de Atuação: Empreendimentos turísticos localizados em todo território nacional.

Bancos Operadores: Rede de instituições financeiras credenciadas, entre as quais o Banco do Brasil (www.bb.com.br), Banco da Amazônia (www.bancoamazonia.com.br), Banco do Nordeste (www.bnb.gov.br) e a Caixa Econômica Federal (www.cef.gov.br).

▪ **PROGER Turismo Investimento**

Financiamento a projetos do setor turístico que proporcionem geração ou manutenção de emprego e renda. Finalidade: Investimento fixo e investimento com capital de giro associado.

Público-Alvo: Micro e pequenas empresas, com faturamento bruto anual de até R\$ 5 milhões, da cadeia produtiva do setor de turismo.

Teto Financiável: • Até R\$ 300 mil para empresas com faturamento bruto anual de até R\$ 3 milhões.



- Até R\$ 400 mil para empresas com faturamento bruto anual entre R\$ 3 milhões e R\$ 5 milhões, já incluído capital de giro associado.

Encargos Financeiros: TJLP + 5,33% a.a.

Prazos: Conforme o objeto do financiamento, até 120 meses, incluídos até 30 meses de carência.

Garantias: Vinculação dos bens financiados, aval dos sócios e fundo de aval.

Área de Atuação: Todo território brasileiro.

Bancos Operadores: Banco do Brasil (www.bb.com.br); Caixa Econômica Federal (www.cef.gov.br); Banco da Amazônia (www.bancoamazonia.com.br)

Observação: As condições acima podem variar de acordo com o agente financeiro.

- **FINEM, Financiamento a Empreendimentos**

O FINEM, Financiamento a Empreendimentos, financia projetos de implantação, expansão e modernização. No que toca a empreendimentos do setor turismo, financiamentos iguais ou maiores do que R\$ 3 milhões podem ser demandados diretamente do BNDES; se menores, devem ser realizados através de instituições financeiras credenciadas. O custo financeiro de tais operações é assim formado:



TJPL, acrescida de remuneração do BNDES (de até 3%), taxa de risco de crédito(até 1,8% para empreendimentos privados e 1% para Estados e Municípios), taxa deremuneração da instituição financeira, quando houver(até 4%), e taxa deremuneração financeira (0,8% a.a., sendo micro, pequenas e média empresaisentas). O prazo de pagamento está associado à capacidade de pagamento da empresa, e tal instrumento prevê ainda a possibilidade de financiamento de capital de giro associado.

15. REFERÊNCIAS

Índice Paulista de Responsabilidade Social - IPRS. 2014. Disponível em: <<http://indices-ilp.al.sp.gov.br/view/PTf/iprs/metodologia.PTf>>. Acesso em: 08 set. 2015.

Circuitos Turísticos. Disponível em: <<http://www.turismo.sp.gov.br/regioes/circuitos-turisticos.html>>. Acesso em: 04 set. 2015.

ANATEL. Consulta de Cadastro de Localidades. Disponível em: <http://sistemas.anatel.gov.br/areaarea/N_ConsultaLocalidade/Tela.asp?Tob=con_N_ConLocalidades&SISQSmodulo=6906>. Acesso em: 02 out. 2015.

ASSEMBLEIA Legislativa do Estado de São Paulo. Decreto n. 47.180. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2002/decreto-47180-02.10.2002.html>>. Acesso em: 08 de janeiro de 2015.



ASSEMBLEIA Legislativa do Estado de São Paulo. Lei Complementar n.1.261. Disponível em: < <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/2015/lei.complementar-1261-29.04.2015.html>>. Acesso em: 14 de maio 2015.

ASSEMBLEIA Legislativa do Estado de São Paulo. Lei n. 14809/2012. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2012/lei-14809-25.06.2012.html>>. Acesso em: 14 de maio 2015.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Projetos visam desenvolvimento da Região Bragantina: Microrregião e aglomeração urbana são pleiteadas para a região. 2011. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=296792>>. Acesso em: 09 set. 2015.

BARRETTO, M. Turismo e Legado Cultural. As possibilidades do planejamento. 6. ed. Campinas: Papirus, 2001.

BOULLÓN, R. C. Planejamento do espaço turístico. Tradução: Josely Vianna Baptista. Bauru/SP: Edusc, 2002.

BRASIL. Ministério do Turismo. 2014b. Turismo na Copa - Números da Copa. Brasília, 2014.

BRASIL. Ministério do Turismo. 2014c. Estudo da Demanda Turística Internacional durante a Copa do Mundo da FIFA 2014. Brasília, agosto de 2014.

BRASIL. Ministério do Turismo. Cadernos e Manuais de Segmentação, Turismo Rural. Brasília, 2010. Disponível em:



<http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/dowloads_publicacoes/Turismo_Rural_Versxo_Final_IMPRESSxO_.PTf>.

Acesso em: 14 out 2014.

BRASIL. Ministério do Turismo. Inventário da Oferta Turística. Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.inventario.turismo.gov.br/invtur/downloads/formularios/inventariacao_da_oferta_turistica.PTf>. Acesso em: 15 de maio de 2014.

BRASIL. Ministério do Turismo. Programa de Regionalização do Turismo. Brasília, 2013.

BRASIL. Ministério do Turismo. Segmentação do Turismo e o Mercado. Brasília, 2010. Disponível em:

<http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/dowloads_publicacoes/Segmentaxo_do_Mercado_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf>. Acesso em: 15 de janeiro de 2015.

BRASIL. Ministério do Turismo. Segmentação do Turismo: Marcos Conceituais. Brasília: Ministério do Turismo, 2006.

CEM – Centro de Estudos da Metrópole. Base de Dados: Divisão Territorial – Municípios da Região Metropolitana de São Paulo. Editado junho de 2007. Disponível em <<http://www.fflch.usp.br/centrodametropole/716>> acessado em 23 de setembro de 2015.

COUTO, A. C. O Planejamento na Construção Civil: Conceitos Fundamentais. 2010. 9p. Artigo Curso de Gestão de Projetos, Universidade PUC-Minas



CNES. Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde. Disponível em: <<http://cnes.datasus.gov.br/>>. Acesso em: 06 set. 2015.

DER. Mapa Rodoviário do Estado de São Paulo. 2015. Disponível em: <ftp://ftp.sp.gov.br/ftPTer/mapas/Mapa_Der_2015_Rodoviario.pdf>. Acesso em 09 set. 2015

GEOBANK. GEOBANK. Disponível em: <<http://geobank.sa.cprm.gov.br/>>. Acesso em: 02 out. 2015.

GOLDMAN, Pedrinho. Introdução ao planejamento e controle de custos na construção civil brasileira. 4ª Ed. SP: PINI, 2008

GOOGLE MAPS. Aeroportos de São Paulo. Disponível em: <https://www.google.com/maps/d/viewer?mid=zw0zw1D6H_uE.k2OrKw8m183E&hl=en_US>. Acesso em: 09 set. 2015.

IAC. Solos do Estado de São Paulo. Disponível em: <<http://www.iac.sp.gov.br/solosp/pdf/Latossolos.pdf>>. Acesso em: 02 out. 2015.

IBGE. População residente, por grupos de idade, segundo os municípios e o sexo. 2015b. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=35&dados=26>>. Acesso em 02 out. 2015.

IBGE. Produto Interno Bruto. 2015c. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/>>. Acesso em: 02 out. 2015.

IGC, 2002. Disponível em: <http://www.sp-turismo.com/municipios-sp.htm>
Acesso em: 22 set. 2015



IGNARRA, Luiz Renato. Fundamentos do Turismo. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

INSTITUTO FLORESTAL. Mapas Florestais do Estado de São Paulo por município. Disponível em: <<http://www.ambiente.sp.gov.br/sifesp/mapas-municipais/>>. Acesso em: 02 out. 2015.

Marcos Conceituais – MTUR. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Marcos_Conceituais.pdf Acesso em: 13 out. 2015.

MASCARO, Amauri. Iniciação ao Direito do Trabalho. São Paulo: LTR Editora, 2001.

MEC. Estudos de Mercado: São Paulo. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12615:estudos-de-mercado-sao-paulo&catid=190:setec>. Acesso em: 02 out. 2015

ORGANIZAÇÃO Mundial do Turismo. UNWTO. Madrid: OMT. Disponível em: <<http://www.unwto.org/facts/menu.html>>. Acesso em: 19 de janeiro de 2015.

Plano de Desenvolvimento Turismo Rural. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Diretrizes_Desenvolvimento_Turismo_Rural.pdf Acesso em: 13 out. 2015.

PNUD. PNUD Brasil: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. 2010. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/Ranking-IDHM-Municipios-2010.aspx>>. Acesso em: 02 out. 2015.



PORTAL 2014. SPTuris divulga resultado final da pesquisa sobre a Copa em São Paulo. Disponível em:

<<http://www.portal2014.org.br/noticias/13520/SPTURIS+DIVULGA+RESULTADO+FINAL+DA+PESQUISA+SOBRE+A+COPA+EM+SAO+PAULO.html>>.

Acesso em: 16 de janeiro de 2015.

ROSE, A.T. Turismo, Planejamento e Marketing. São Paulo: Manole Ltda, 2002.

RUSCHMANN, D. van de M. Turismo e desenvolvimento sustentável: a proteção do meio ambiente. 3. ed. Campinas: Papyrus, 1999.

SANTOS, H. G. et al. Cultivo do Arroz de Terras Altas no Estado de Mato Grosso: Solos. 2006. Disponível em: <<http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Arroz/ArrozTerrasAltasMatoGrosso/solos.htm>>.

Acesso em: 06 set. 2015.

SEADE, 2015. Disponível em: <http://www.imp.seade.gov.br/> Acesso em: 22 set. 2015

SEADE. Informações dos Municípios Paulistas. Disponível em: <<http://www.imp.seade.gov.br/frontend/>>. Acesso em: 04 set. 2015.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO. Central de Atendimento: Localize Escola. Disponível em: <<http://www.educacao.sp.gov.br/central-de-atendimento/consulta.asp>>. Acesso em: 02 out.. 2015.

SECRETARIA DE TURISMO DE SÃO PAULO. Regiões Turísticas. Disponível em: <<http://www.turismo.sp.gov.br/regioes/regioes-turisticas.html>>. Acesso em: 02 out.. 2015.

SNIS. Série Histórica. 2013. Disponível em: <<http://app.cidades.gov.br/serieHistorica/>>. Acesso em: 02 set. 2015.



SOARES, M. D. O; BERGAMASCO, S. M. P. P; FAGNANI, M. A. Políticas Públicas, Desenvolvimento Local e Agroturismo: um estudo no Bairro da Abadia em Louveira. Grupo de trabalho 20 - Turismo y desarrollo local. São Paulo, 2006.

SOUZA, T.A.; CUNHA, C. M. L.. ANÁLISE DOS ATRIBUTOS FÍSICO-AMBIENTAIS DO MUNICÍPIO DE PRAIA GRANDE-SP. Soc. & Nat., Uberlândia, ano 24 n. 2, 303-318, mai/ago. 2012.

TRIGO, L. G. G. Turismo básico. 3. ed. São Paulo: SENAC, 1999. TURISMO em São Paulo. Turismo no Estado. Disponível em: <<http://www.turismoemsaopaulo.com/visitantes/sobre-o-estado/turismo-no-estado.html>>. Acesso em: 16 de janeiro de 2015.

Turismo Cultural: Orientações. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Livro_Cultural.pdf Acesso em: 13 out. 2015

Turismo de Aventura: Orientações. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_de_Aventura_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf Acesso em: 13 out. 2015.

UNICIDADES. Sobre. Disponível em: <<http://www.unicidades.org.br/sobre/>> Acesso em: 15 de maio de 2015.